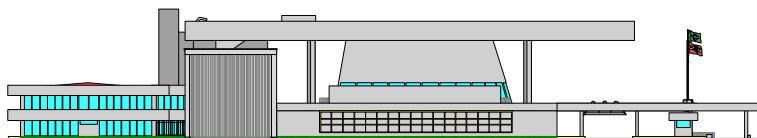


PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO L

FLORIANÓPOLIS, 06 DE ABRIL DE 2010

NÚMERO 6.154

16ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa
MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Jorginho Mello
1º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
2º VICE-PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro
2º SECRETÁRIO

Valmir Comin
3º SECRETÁRIO

Ada Faraco De Luca
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Antônio Aguiar

DEMOCRATAS
Líder: Cesar Souza Júnior

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Serafim Venzon

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO REPUBLICANO
BRASILEIRO**
Líder: Professora Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**
Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Cesar Souza Júnior
Antonio Aguiar
Dirceu Dresch
Décio Gôes
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Sargento Amauri Soares
Terças-feiras, às 9:00 horas

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E
DESENVOLVIMENTO URBANO**
Reno Caramori - Presidente
Décio Gôes - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Manoel Mota
Valdir Cobalchini
Gilmar Knaesel
Narcizo Parisotto
Terças-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE PESCA E
AQUICULTURA**
Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Dado Cherem
Reno Caramori
Edison Andrino
Ronaldo Benedet
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Quartas-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E
POLÍTICA RURAL**
Rogério Mendonça (Peninha) -
Presidente
Reno Caramori - Vice-Presidente
Onofre Santo Agostini
Serafim Venzon
Dirceu Dresch
Romildo Titon
Sargento Amauri Soares
Quartas-feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**
Manoel Mota - Presidente
Joares Ponticelli - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Dado Cherem
Dirceu Dresch
Elizeu Mattos
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**
Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Pedro Uczai
Lício Mauro da Silveira
Sílvio Dreveck
Manoel Mota
Renato Hinnig
Professora Odete de Jesus
Gilmar Knaesel
Quartas-feiras, às 09:00 horas

**COMISSÃO DE SEGURANÇA
PÚBLICA**
Darci de Matos - Presidente
Sarg. Amauri Soares - Vice-Presidente
Nilson Gonçalves
Pedro Uczai
Kennedy Nunes
Valdir Cobalchini
Ronaldo Benedet
Quartas-feiras às 11:00 horas

**COMISSÃO DE ECONOMIA,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E
ENERGIA**
Serafim Venzon
Pedro Uczai
Sílvio Dreveck
Valdir Cobalchini
Elizeu Mattos
Renato Hinnig
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO
AMBIENTE**
Dirceu Dresch - Presidente
Renato Hinnig - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Onofre Santo Agostini
Reno Caramori
Edison Andrino
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE
Darci de Matos
Dado Cherem
Ana Paula Lima
Kennedy Nunes
Antônio Aguiar
Genésio Goulart
Prof. Odete de Jesus
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**
Ana Paula Lima - Presidente
Kennedy Nunes - Vice-Presidente
Ronaldo Benedet
Valdir Cobalchini
Onofre Santo Agostini
Gilmar Knaesel
Professora Odete de Jesus
Quartas-feiras às 10:00 horas

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO**
Cesar Souza Júnior
Serafim Venzon
Pedro Uczai
Lício Mauro da Silveira
Edison Andrino
Valdir Cobalchini
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Quartas-feiras às 08:00 horas

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO
MERCOSUL**
Renato Hinnig - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Lício Mauro da Silveira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Narcizo Parisotto
Terças-Feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**
Prof. Odete de Jesus - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Onofre Santo Agostini
Pe. Pedro Baldissera
Lício Mauro da Silveira
Rogério Mendonça (Peninha)
Genésio Goulart
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO
PARLAMENTAR**
Jean Kuhlmann
Serafim Venzon
Pe. Pedro Baldissera
Kennedy Nunes
Joares Ponticelli
Antônio Aguiar
Ronaldo Benedet
Romildo Titon
Prof. Odete de Jesus

DIRETORIA LEGISLATIVA**Coordenadoria de Publicação:**

Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição.

Coordenador: Walter da Luz Filho

Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário:

Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias.

Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazzi

Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos:

Responsável pela impressão.

Coordenador: Claudir José Martins

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA EXPEDIENTE



Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XVIII - NÚMERO 2154
EDIÇÃO DE HOJE: 28 PÁGINAS
TIRAGEM: 6 EXEMPLARES

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 023ª Sessão Ordinária da 16ª realizada em 31/03/2010.....2
Ata da 005ª Sessão Extraordinária da 16ª realizada em 31/03/2010 16
Ata da 006ª Sessão Extraordinária da 16ª realizada em 31/03/2010 17

Atos da Mesa

Ata da Mesa DI.....21

Publicações Diversas

Audiência Pública.....21
Aviso de Licitação.....23
Extratos.....23
Medidas Provisórias.....24
Ofícios.....25
Projetos de Lei.....26
Projeto de Lei Complementar.....27
Redações Finais.....28

P L E N Á R I O

ATA DA 023ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 31 DE MARÇO DE 2010 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERÍSIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Adherbal Deba Cabral - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Cesar Souza Júnior - Dado Cherem - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Genésio Goulart - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Joares Ponticelli - José Natal - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Marcos Vieira - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Ozair Polaco - Professora Odete de Jesus - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO**Partidos Políticos**

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Crítica a política salarial do governo Luiz Henrique.

DEPUTADO DÉCIO GÓES - Manifesta-se acerca das MPs que concedem gratificação salarial a servidores públicos.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (aparte) - Pede alterações nas medidas provisórias.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Afirma que os professores não foram aquinhoados na MPs enviadas pelo governo.

DEPUTADA DARCI DE MATOS - Sugere a inclusão de novas categorias na política de gratificações salariais.

DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - Fala da política salarial governamental e da Celesc.

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Aborda a questão das medidas provisórias; comenta visita da senadora Ideli Salvatti e parabeniza Eduardo Pinho Moreira pela vitória na convenção.

DEPUTADO JOSÉ NATAL - Analisa a política salarial do estado e externa o voto "sim" às MPs; despede-se do Parlamento catarinense.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (aparte) - Elogia a trajetória parlamentar do deputado José Natal.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (pela ordem) - Enfatiza as qualidades do deputado José Natal.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Manifesta sua admiração pelo deputado José Natal.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Expressa sua amizade pelo deputado José Natal.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (pela ordem) - Deseja sucesso ao deputado José Natal.

DEPUTADO MANOEL MOTA (pela ordem) - Afirma que lutará em prol dos funcionários das SDRs e da Saúde.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Defende a política salarial do governo e afirma que as distorções serão corrigidas.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (aparte) - Sugere a elaboração de emendas para correção das distorções salariais do funcionalismo público.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (aparte) - Explica a

tramitação das medidas provisórias.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Enaltece o trabalho dos deputados José Natal e Adherbal Deba Cabral.

DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Faz seu discurso de despedida da Alesc.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (aparte) - Elogia o comportamento do deputado Carlos Chiodini durante sua permanência na Alesc.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (aparte) - Em nome do DEM cumprimenta o deputado Carlos Chiodini pela estada na Assembleia.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (aparte) - Enfatiza o brilhantismo do deputado Carlos Chiodini no desempenho do mandato de deputado estadual.

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA (aparte) - Deseja sucesso no pleito de outubro.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (aparte) - m Externa votos de sucesso na conquista de uma cadeira na Alesc.

DEPUTADO MANOEL MOTA (pela ordem) - Apela aos deputados que compareçam ao plenário para a Ordem do Dia.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Solicita que o governo encaminhe medida provisória concedendo reposição salarial aos servidores da Saúde.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (pela ordem) - Cumprimenta o deputado Ismael dos Santos pela brilhante passagem pela Assembleia

Legislativa.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (pela ordem) - Elogia o desempenho dos deputados Ismael do Santos, José Natal, Adherbal Deba Cabral e Carlos Chiodini.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (pela ordem) - Despede-se do deputados Ismael do Santos, José Natal, Adherbal Deba Cabral e Carlos Chiodini, elogiando-os.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Augura votos de êxito na eleição aos parlamentares que deixam a Casa.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (pela ordem) - Agradece a convivência e o debate salutar mantidos com os deputados que deixam o Parlamento.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Despede-se dos deputados Carlos Chiodini e Adherbal Deba Cabral.

Ordem do Dia

DEPUTADO SILVIO DREVECK (pela ordem) - Pede a retirada da MP 0164/2010.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Apela ao líder do governo para que proceda à retirada da MP 0164/2010.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (pela ordem) - Solicita a retirada de pauta da MP 0164/2010.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Anuncia que não mais pedirá a retirada da MP 0164/2010.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Pede a discussão e votação em separado da MP 0164/2010.

DEPUTADO DÉCIO GÓES - Discute a MP 0164/2010.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (pela ordem) - Encaminha a votação da MP 0164/2010.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Encaminha a votação da MP 0164/2010.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Declara o voto contra a MP 0164/2010.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (pela ordem) - Encaminha a votação da MP 0164/2010.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (pela ordem) - Sugere a discussão e votação em bloco das 11 medidas provisórias.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Discute em bloco as medidas provisórias.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Discute em bloco as medidas provisórias.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Discute em bloco as medidas provisórias.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Discute em bloco as medidas provisórias.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Discute em bloco as medidas provisórias.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (pela ordem) - Encaminha a votação das medidas provisórias.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (pela ordem) - Encaminha a votação das medidas provisórias.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Encaminha a votação das medidas provisórias.

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR (pela ordem) - Encaminha a votação das medidas provisórias.

DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA (pela ordem) - Encaminha a votação das medidas provisórias.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Faz declaração de voto em relação às medidas provisórias.

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS (pela ordem) - Encaminha a votação das medidas provisórias.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Registra voto de ressalva com relação à medida provisória.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Discute o PL 0073/2010.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Discute o PL 0073/2010.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Discute o PL 0091/2010.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Discute o PL

0091/2010.

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Discute o PL 0091/2010.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Discute o PL 0091/2010.

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Discute o PL 0091/2010.

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Discute o PL 0091/2010.

DEPUTADO DÉCIO GÓES - Discute o PL 0091/2010.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Encaminha a votação do PLC 0006/2010.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Declara o voto em relação ao PLC 0006/2010.

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR (pela ordem) - Informa a realização de Mega Sena especial em prol das vítimas das cheias em SC.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Espera que os recursos da Mega Sena sejam realmente aplicados em prol dos atingidos pelas cheias.

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS (pela ordem) - Corroboras as palavras da deputada Asna Paula Lima.

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS (pela ordem) - Refere-se ao projeto Se Liga 16!

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Discute o PLC 0020/2010.

DEPUTADO EDISON ANDRINO (pela ordem) - Roga que na medida provisória a ser encaminhada ao Legislativo não se esqueçam de contemplar os funcionários das SDRs.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior. (É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Antes de qualquer coisa, queremos cumprimentar todos os servidores do estado, do Tribunal de Justiça, que estão presentes na sessão de hoje. É sempre importante a presença do povo catarinense neste Parlamento.

De acordo com a decisão de líderes do dia de ontem, iniciaremos a sessão desta tarde no horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL, servidores públicos aqui presentes, na semana passada, na quarta-feira à tarde, fiz aqui o que seria um discurso de despedida do governador Luiz Henrique. Infelizmente, vou ter que retomar o tema. Ele foi, mas as suas chagas ficaram, o seu *modus operandi* ficou perdido nos corredores do palácio e também neste poder.

Nas últimas semanas, vimos um acotovelamento dentro do palácio entre secretários e candidatos, cada um lutando para resolver o problema, a demanda do seu subgrupo específico, ignorando a maioria, que julgam estar em um subgrupo com probabilidade talvez menor de trazer voto na próxima eleição.

A perversidade da política de abono, que não valoriza o tempo de serviço, não valoriza a hora extraordinária dos servidores estaduais, está em praticamente todas as medidas provisórias que estão em debate nesta Casa e que vamos debater nos próximos dois meses.

A imprensa tem divulgado - e acho que até tem sido levada pelo fanatismo governista a pensar assim - que o governo está gastando milhões e milhões para beneficiar de forma ampla todos os servidores públicos do estado de Santa Catarina. Não é verdade! Infelizmente, a maior

parte dos benefícios está posicionada visando os bem apadrinhados deste governo e não deste estado! Há exceções? Sim, mas no geral os bem apadrinhados estão levando uma gratificação interessante e importante. Por exemplo, na Segurança Pública, os delegados e oficiais estão recebendo R\$ 2 mil e os outros, R\$ 250,00. Na Saúde, os médicos já levaram e alguns setores minoritários, inclusive de nível superior, estão levando R\$ 900,00, praticamente R\$ 1.000,00. E a maioria nada, absolutamente nada!

Então, precisamos informar aos meios de comunicação, aos formadores de opinião, que o governo do estado não está gastando R\$ 50 milhões ou R\$ 80 milhões, como tem sido divulgado, para fazer política salarial no estado de Santa Catarina, está gastando esse dinheiro para resolver a demanda, o problema de subgrupos minoritários dentro do conjunto do serviço público estadual, especialmente daqueles que estão ali do lado, na sala ao lado, dos palácios, das secretarias e etc. O pessoal da linha de frente, infelizmente, está ficando de fora ou está recebendo as migalhas caídas da mesa.

Essa é a realidade sobre esse pacote que está nesta Assembleia Legislativa. A imprensa, inclusive, está mal informada, dando a impressão de que a maioria dos servidores está sendo beneficiada, mas não está.

Quanto à Saúde no estado de Santa Catarina, digam-me se o médico e alguns enfermeiros, não são todos também, vão fazer sozinhos os serviços dentro do hospital! Não vão! O trabalho na Saúde é feito em equipe. Como deixar auxiliares e técnicos de fora? Já resolveram pagar no passado para os médicos, e agora vem mais uma gratificação para uns poucos da Saúde, enquanto a maioria da equipe que está lá para prestar atendimento à população fica sem nada!

O estômago do oficial é oito vezes maior que o do praça? O estômago do médico é muito melhor do que o do técnico? Essa é pergunta que não quer calar.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Décio Góes, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, srs. deputados, servidores que estão no plenário participando desta sessão, minha saudação. Sejam bem-vindos!

Diferentemente, deputada Ana Paula Lima, de quando o governador Luiz Henrique da Silveira saiu, pois ele abandonou o estado num ato realizado aqui, na Assembleia, do qual poucos catarinenses sabiam o horário e a data, com medo de manifestações na posse do novo governador do estado, a ministra Dilma Rousseff está saindo do governo com muita festa, com muita alegria, porque tem muito que mostrar aos brasileiros e brasileiras com relação ao trabalho desenvolvido ao longo desses quase oito anos, período em que fez este país crescer e distribuir renda. Mais de 30 milhões de brasileiros, uma população equivalente à da Argentina ou à de cinco estados como Santa Catarina, saíram da linha da miséria, ascendendo a melhores condições de vida, o que nos deixa muito alegres.

Hoje recebemos, num almoço com o presidente da Assembleia em exercício, deputado Jailson Lima, a senadora Ideli Salvatti, que esteve visitando esta Casa, na qual teve uma participação marcante na defesa dos trabalhadores, dos direitos de todos os menos favorecidos na sociedade catarinense.

Mas a realidade do plenário hoje é que vamos discutir e certamente acatar, porque já foram acatadas nas comissões pela manhã, as

12 medidas provisórias enviadas pelo governo a este Parlamento, dando a idéia a todos os catarinenses de que elas irão resolver todos os sete anos de dívida com os servidores públicos de Santa Catarina, de que elas irão resgatar os sete anos sem aumento, os sete anos de uma política de penduricalhos que destruiu os planos de cargos e salários do estado, de que elas irão resgatar todas as promessas feitas em todas as campanhas durante esse período. Elas dão essa idéia, mas não é verdade, deputada Ana Paula Lima!

Nós temos detectado, à medida que vamos nos aprofundando nas medidas provisórias, que a base da Saúde, da Educação, da Agricultura ficou de fora! E do piso salarial nacional nem se fala! Justamente a base de vários setores da administração pública ficou de fora, aqueles servidores que atendem diretamente a quem o estado tem que prestar serviços, aqueles que são a razão da existência do estado como estrutura prestadora de serviços públicos.

Então, é lamentável! Fizemos um apelo, nesta manhã, para o governo ainda mande a esta Casa complementações das medidas provisórias, no sentido de resgatar parte desse conjunto de promessas. Mas nunca vimos uma trapalhada tão grande, fruto talvez da ação de secretários que são candidatos, cada um olhando só o seu quadrado, como se diz na gíria. Estamos vivendo uma situação inusitada: um governador assinou e saiu e o outro assinou e foi viajar.

Quero saudar a postura da Assembleia Legislativa, do Parlamento catarinense, pois quando o governador em exercício, deputado Gelson Merísio, compreendeu a situação que estava colocada, transformou os projetos em medidas provisórias. Por seu turno, o presidente em exercício do Poder Legislativo, deputado Jailson Lima, soube conduzir esse processo, quando não só a Oposição, mas também a base aliada compreenderam a situação e buscaram a transformação.

Eu acho que a Assembleia Legislativa tem procurado cumprir o seu papel em todo esse episódio, tentando resgatar um pouco da dívida que o estado tem com os servidores públicos catarinenses.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Serei breve, deputado, obrigada, pois apenas gostaria de dizer, até para esclarecer a população e os servidores públicos estaduais que estão aqui, que as medidas provisórias nos darão a oportunidade de discutir, durante 60 dias, e até de corrigir algumas distorções que nelas existem, como as da Educação, as das assistentes sociais que trabalham na secretaria de Desenvolvimento Social, Trabalho e Renda e as do pessoal que trabalha na Agricultura.

Dessa forma poderemos corrigir os projetos do governo e daremos oportunidade a todos os servidores públicos, não esquecendo - e eu aqui falo como enfermeira profissional - dos profissionais de nível médio da secretaria de estado da Saúde, que não foram contemplados.

Não podemos ficar calados diante de tantas distorções e por isso a vigília precisa ser constante nesses 60 dias, para que possamos contemplá-los não em forma de gratificação, porque acho que é um erro, mas em aumento de salário, conforme o que vimos defendendo durante todos esses sete anos.

Contudo, como a matéria veio em forma de gratificações, não podemos também dar uma bonificação, uma gratificação, de R\$ 2 mil para uns e de R\$ 250,00 para outros. Isso para mim é uma distorção, teria que ser igual, deputado Décio Góes, para todos, porque ninguém faz o estado sozinho.

Mas quero deixar claro que a bancada do Partido dos Trabalhadores não se curvará diante de qualquer empecilho, em momento algum, na defesa de uma categoria que é tão importante para o crescimento de Santa Catarina.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Isso é importante. Nós defendemos o aumento real e não essa política de penduricalhos, porque depois, na hora de incorporar na folha, pode-se, inclusive, viabilizar outros ajustes que estão extremamente emergentes.

Mas é importante que as categorias se mantenham mobilizadas e informando-nos. Eu tenho aqui o e-mail de Darlan Alves, companheiro da Educação, que me orienta. Estamos abertos para receber as orientações de vocês e o que pudermos fazer para corrigir...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, sr. presidente.

Sei que não é conveniente, mas contando com a aquiescência dos demais colegas, quero fazer justiça aos trabalhadores da Educação. Eu falei da Segurança Pública e da Saúde, mas na Educação o pessoal de sala de aula, que é a maioria, está até agora sem nenhum benefício.

Então, para onde está indo tanto dinheiro, R\$ 50 milhões, R\$ 80 milhões, se a maioria não está levando nada ou está levando uma reles migalha neste final de feira do governo Luiz Henrique?

Muito obrigado, presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao DEM.

Com a palavra o deputado Darci de Matos, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, caras servidores e servidoras públicas de Santa Catarina, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio AleSC Digital, não poderia deixar de externar publicamente a minha posição no que diz respeito ao dia de hoje, que é de fundamental importância para o Parlamento e, sobretudo, para os servidores públicos de Santa Catarina.

Há, deputado Antônio Aguiar, três categorias de servidores públicos: os concursados, os nomeados e os eleitos. Todos desempenham um papel fundamental no que diz respeito à missão, deputado Ismael dos Santos, de prestar um serviço público de excelência aos cidadãos que, na verdade, são os seus chefes, os seus comandantes porque são eles que, através dos impostos, pagam seus salários mensalmente.

Quero enaltecer a agilidade do governador em exercício, deputado Gelson Merísio, e quero fazer aqui um apelo, a exemplo do que foi feito pelo deputado Décio Góes e por aqueles que se pronunciaram na parte da manhã.

Dirijo-me ao gabinete do governador Leonel Pavan e também do governador em exercício, deputado Gelson Merísio, mas principalmente à equipe do governador Leonel Pavan, porque ainda há tempo, antes de votarmos a admissibilidade das medidas provisórias daqui a alguns instantes, de corrigir algumas injustiças e algumas distorções no que diz respeito à gratificação dos servidores públicos de Santa Catarina. Por quê? Porque os servidores de nível médio da secretaria da Saúde estão sendo injustiçados, não foram contemplados; porque os servidores do

porto de São Francisco do Sul, da Procuradoria-Geral do Estado, do Instituto de Previdência, da Administração, da Educação e das SDRs também foram excluídos.

Enfim, precisamos corrigir essa injustiça. Nós faremos emendas às medidas provisórias se elas não forem corrigidas, pelo Executivo, a tempo, deputado Antônio Aguiar. Contudo, corremos um risco porque há uma dúvida jurídica: como vamos emendar já no período eleitoral, as nossas emendas terão validade ou não? Talvez tenhamos que ir para a Justiça e isso não é bom!

Então, ratifico neste momento o meu apelo, deputado Antônio Aguiar, para que o Executivo corrija a tempo e mande para este Parlamento as alterações das medidas provisórias no sentido de que nós, os deputados catarinenses, deputado Serafim Venzon, possamos fazer justiça e dar uma gratificação para esses servidores que não foram incluídos, porque os servidores, deputado Décio Góes, cumprem um papel fundamental, muitas vezes sem as condições devidas, e procuram cumprir a sua missão atendendo a todo o povo catarinense, desde a capital até as longínquas regiões do nosso estado. Em sendo assim, precisam e merecem o nosso respeito, a nossa gratidão e, sobretudo, o nosso apoio.

Também quero fazer, sr. presidente, outra observação no que diz respeito à medida provisória que altera a estrutura da Agesc, criando cargos e tirando atribuições dos seus conselheiros. Nós temos, já falei com o deputado Serafim Venzon, que ver a possibilidade de não votar essa medida no dia de hoje, para podermos discuti-la posteriormente.

Então, quero parabenizar os deputados que se pronunciaram nessa linha e dizer que faço pessoalmente este apelo ao governo do estado, que teve a sensibilidade de mandar essas gratificações na reta final. Porém está faltando ainda uma adequação para que os servidores possam sair desta Casa, no dia de hoje, satisfeitos, com um sorriso nos lábios, e nós, deputados, com a consciência do dever cumprido, fazendo justiça a todos os servidores catarinenses.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com o palavra o sr. deputado Lício Mauro da Silveira, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - Sr. presidente, srs. deputados, no dia de hoje os senhores e as senhoras tiveram a possibilidade de verificar a aprovação da admissibilidade na comissão de Constituição e Justiça e tiveram também a possibilidade de verificar a não-admissibilidade dos projetos oriundos do Tribunal de Justiça, que eram projetos até interessantes.

Sr. presidente, há poucos instantes recebi uma comissão de funcionários da secretaria da Saúde, do órgão central, e tomei conhecimento de mais uma promessa que até agora não foi cumprida. Estive verificando se chegou essa medida provisória, pois me informaram que chegaria hoje, mas até agora ela não chegou. Perguntei ao presidente neste momento, que me informou também que ainda não chegou.

Então, resta fazer o quê? Nesse aspecto quero dizer aos senhores e às senhoritas que estiveram em meu gabinete e que, se não me engano, estão aqui na primeira fila das galerias, que lhes resta agora lutar para que seja elaborada, no período que temos de discussão das medidas provisórias, uma emenda prevendo sua inclusão no processo. Aliás, isso não vale só

para o pessoal da Saúde, vale para todos os segmentos organizados dos servidores públicos do nosso estado.

Hoje ainda estava trocando idéias com o pessoal da FCEE. Inclusive, na semana passada afirmei, desta tribuna, que como catarinense e principalmente como deputado estava envergonhado ao ver a situação em que se encontra aquela instituição, não só quanto ao aspecto salarial, mas também quanto às condições de trabalho.

(Palmas das galerias)

Por isso estou conclamando todos vocês a se organizarem, a fazer suas solicitações aos presidentes das comissões técnicas, aos deputados, e a lutar até a última gota de suor pelo que desejam. É importante a luta e mesmo que às vezes percamos, nunca devemos deixar de lutar pelos nossos interesses, nunca devemos desistir. É como um sonho. Todos nós devemos sonhar, e é bonito sonhar. Mas não adianta só sonhar se não lutarmos para concretizar os nossos sonhos! Não! Temos que lutar! Então, lutem, lutem nesse sentido!

Deputado Antônio Aguiar, v.exa. que é líder do PMDB, e eu o respeito bastante, assim como todos os outros srs. deputados, circulam notícias não só a respeito da FCEE, mas também sobre o terminal graneleiro do porto de São Francisco do Sul, porque estão sucateando aquele terminal, que gera renda para a Cidasc, renda essa que serve para custear todos os postos de fiscalização de entrada e saída de animais de nosso estado, sejam suínos, bovinos ou qualquer coisa.

Imaginem o prejuízo que o nosso estado poderá ter se não arrumarem aquele terminal! Eles querem privatizá-lo, acham que algumas entidades portuárias privadas podem dar conta do recado, mas sucateiam aquilo dá dinheiro, que gera renda para custear o que é mais importante na nossa economia. É muito importante termos o controle sanitário de todo o nosso rebanho. De onde virá o dinheiro se sucatearem aquele terminal, conforme denúncia que recebi? Se essa denúncia for verdadeira, esse é um dos maiores crimes que estão cometendo contra a sociedade catarinense, crime que considero idêntico ao que cometem contra vocês, pois é fruto do descaso! Graças a Deus, os srs. deputados e os srs. líderes se reuniram e acharam uma saída através da edição de medidas provisórias!

Deputado Antônio Aguiar e deputado Rogério Mendonça, ontem li a entrevista de um cidadão que, por um lado, está cheio de razão. Refiro-me ao investidor bomba dentro da Celesc, um tal de Lírio Parisotto. É lógico que todo investidor quer lucro, quer o dinheiro que investiu, e uma empresa pública tem que saber retribuir esse investimento.

A verdade é que, em conjunto, conseguimos adiar a assembleia ordinária da Celesc, deputado José Natal, v.exa. lembra? Agora olhem só o que diz esse investidor - e não vou chamá-lo de outra coisa - sobre a mudança do estatuto, exatamente a nossa briga, no apagar das luzes deste governo.

(Passa a ler.)

"O governador Luiz Henrique da Silveira, para expiar seu pecado de não haver tomado uma atitude decisiva pela Celesc, decidiu dar um presente para a empresa. O que não fez em oito anos, decidiu fazer em uma semana. Encaminhou um novo estatuto, com mudanças significativas que precisam de aprovação na próxima assembleia geral. Como o estado é o acionista controlador, deve aprovar o que ele mesmo pediu. Pela nova proposta, o controlador só pode indicar o presidente.

A diretoria deverá ser profissional, preferencialmente do quadro funcional, ou escolhida através de cinco indicações de empresas

head hunter, com aprovação do conselho."

Imagine, deputado Antônio Aguiar, quantas cabeças com interesses particulares eles vão trazer!

O que eu quero dizer é que nós, deputados, temos uma imensa responsabilidade para com a sociedade catarinense, por isso o gesto que fizemos ontem em relação aos funcionários públicos foi coerente, corajoso, um gesto que foi ao encontro dos anseios de uma categoria que já vem há muito sendo prejudicada e todos nós reconhecemos isso.

Por isso, acredito que todos nós somos sensíveis a esse problema e receberemos de braços abertos todos os funcionários para discutir seus interesses.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos serão destinados ao PRB.

Com a palavra a sra. deputada Professora Odete de Jesus, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, amigos presentes, senhores e senhoras que estão acompanhando o desenrolar dos trabalhos legislativos.

Sr. presidente, estávamos entre o punhal e a espada, mas o nosso colega, governador em exercício, deputado Gelson Merísio, um jovem governador, resolveu nos atender e teremos dois meses para analisar esse rol de medidas provisórias, porque não teríamos condições de hoje deliberar sem conhecer a matéria. Agora vamos ter dois meses para estudar, sentar com a nossa assessoria jurídica e analisar artigo por artigo para podermos deliberar em plenário.

Eu recebi vários professores em meu gabinete, porque também sou professora da rede pública estadual e, segundo o que estou sabendo, os funcionários públicos receberão 60%, exceto os da Saúde. Mas nós vamos ainda analisar esses projetos, vamos ter tempo para estudá-los, analisá-los e posteriormente votá-los.

(Palmas das galerias)

O nosso tempo é curto, srs. deputados e sr. presidente, e hoje vamos até muito tarde, porque queremos apreciar essas matérias com muita tranquilidade e não temos pressa, porque quem tem pressa come cru e quente. Nós vamos analisar com muita cautela e quero dizer a v.exas. que dois meses são suficientes para debatermos essas matérias.

Quando eu estava em meu gabinete, recebi a visita ilustre, que já foi parlamentar neste Casa e que hoje é senadora da República. Tomamos um café juntas e discutimos sobre esses projetos. Foi uma visita agradável a da nossa senadora Ideli Salvatti.

(Palmas das galerias)

Sr. presidente, quero parabenizar o dr. Eduardo Pinho Moreira pela vitória brilhante que obteve na convenção do PMDB. É um partido forte, que vem despontando e que realizou uma festa muito bonita. Parabéns ao dr. Pinho Moreira pela vitória na convenção.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado José Natal, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, funcionários que nos prestigiam nesta tarde, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alecs Digital, na verdade o horário dos Partidos Políticos é um horário no qual discutimos as

matérias inerentes aos partidos tanto no contexto local quanto no nacional.

Mas estamos vivenciando nesta Casa o início de uma semana ímpar e muito complicada para quem é parlamentar, para quem tem responsabilidade, para quem pega um projeto de lei e analisa-o profundamente, para ver se transformado em lei beneficiará ou prejudicará a sociedade.

Hoje vamos definir praticamente todas as matérias que vão nortear a vida dos funcionários públicos estaduais, que há muito tempo vêm reivindicando reajustes, não só do governo de Luiz Henrique da Silveira ou de Leonel Pavan, mas dos governos anteriores, que de longa data empurram com a barriga questões essenciais, alegando sempre que não há suporte orçamentário para contemplar todos ao mesmo tempo e no percentual pretendido.

E daí decorre a política de atender àqueles que se organizam, como vocês. Porque se não contemplam o todo, cada um vai atrás da sua parte. E é assim que as várias categorias procuram os secretários de estado, procuram os parlamentares e buscam o que desejam.

Entendo que quem atendeu ao pleito de vocês não foi justo com os demais, sendo que o que vocês querem é extremamente justo e meritório, mas o governo deveria ter sentado com as categorias que estão contempladas nessas medidas provisórias e dizer assim: eu tenho o pleito dessa categoria, dessa categoria e dessa categoria e quero atender, mas o que eu posso fazer é isso, isso e isso para todos, no mesmo patamar.

É lógico que entendo que existam situações um pouco diferenciadas, já que há categorias que estão mais defasadas do que outras. E vou dar um exemplo. Dentro da Polícia Militar de Santa Catarina, a alta hierarquia foi contemplada, mas os praças vão ficar num patamar mais baixo.

Então, como parlamentar desta Casa comungo com a ideia de que o governo tem que acabar com essa prática de dar aumento diferenciado, mas volto a dizer que a partir do momento em que entrarem em pauta todas aquelas matérias que receberam parecer favorável pela admissibilidade nas comissões, elas serão respaldadas pelos srs. deputados no plenário, elas terão o meu voto favorável.

Então, para não ser repetitivo, pois o que tinha que dizer já o fiz de manhã, na comissão de Finanças e Tributação, só quero desejar a todos muito sucesso; quero desejar ao governador Leonel Pavan, que acabou de assumir o governo, muita sorte; quero desejar que a classe produtora de riqueza no estado de Santa Catarina continue firme, produzindo, exportando, vendendo, para dar caixa ao governo para suportar as novas despesas, porque segundo os cálculos essa gratificação representará um custo anual de cerca de R\$ 500 milhões.

Então, srs. funcionários, todos nós temos que continuar torcendo para que o governo não dê calote, para que a receita do estado continue crescendo, para que Leonel Pavan enxugue a máquina para ter recursos financeiros para honrar esse compromisso que aqui será assumido.

Quero, nesses três minutos que me restam, novamente agradecer a todos os srs. parlamentares, pois aqui estive para contribuir naquilo que fosse possível e viável, com muita consciência. Quero agradecer também ao meu partido, através do líder, deputado Serafim Venzon; quero dizer muito obrigado ao governador em exercício, deputado Gelson Merísio, e parabenizá-lo pela lucidez, senão nada disso aqui teria acontecido.

Nós nos livramos de uma bucha que foi a Celesc, deputado Lício Mauro da Silveira! E se o governador Leonel Pavan tivesse mantido aquela

assembleia, hoje tudo estaria quebrado nesta Casa. Então, houve coerência do governador nesse sentido.

Estão aqui na Assembleia a minha esposa e a minha filha Lorena, de 78 dias de vida, às quais agradeço pela compreensão porque fiquei ausente durante muitos dias. Poderia estar curtindo com a minha filha que nasceu, mas não deu porque estive comprometido com esta Casa todos os dias, na certeza de que o que fiz aqui foi com consciência, porque depois de fazer alguma coisa, dificilmente volto atrás.

O meu obrigado, de coração, a todos os srs. parlamentares. Fui às vezes áspero, mas com o intuito de acertar.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Pois não!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Nobre deputado, desejo cumprimentar v.exa. pela postura, pelo seu trabalho durante esses quase quatro anos em que estive no Parlamento catarinense. V.Exa. foi um parlamentar extraordinário, atuante, do qual o PSDB se orgulha muito. No próximo ano estaremos todos juntos e queremos vê-lo novamente nessa tribuna.

Parabéns, deputado!

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Obrigado, deputado Serafim Venzon, pois realmente me esforcei para retornar a esta Casa e trabalhar com aquilo que sei fazer, sem falsa modéstia.

Quero agradecer ao povo de São José pela oportunidade, pois foi lá que obtive a maioria dos votos. Se reclamei aqui da administração daquele município e fui incompreendido pelo prefeito, foi por causa de todos os josefenses e dos demais catarinenses.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, eu não poderia deixar, em nome da bancada do Democratas, de fazer uma saudação efusiva ao deputado José Natal, que hoje nos dá um até breve, pois esperamos que volte no ano que vem com um mandato efetivo, para poder continuar trabalhando pelo povo catarinense.

O colega José Natal é um deputado corajoso, ousado, pragmático, às vezes quase impossível, mas sempre muito responsável naquilo que faz e diz.

Nobre deputado, um grande abraço, parabéns a v.exa. e à sua família.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Nobre presidente, gostaria que ficasse registrado o meu sentimento de amizade, de carinho e de respeito pelo deputado José Natal.

Como não tive a oportunidade de apartear-lo, gostaria de registrar que sentiremos falta da sua companhia nesta Casa, pois s.exa. é um deputado sério, honesto, transparente e muito claro nas suas colocações, nem sempre agradando as pessoas que o ouvem. Mas é importante frisar que esse tipo de político é que está faltando neste país e por isso tenho certeza de que em breve retornará.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, quero também desejar felicidades ao nosso colega, deputado José Natal, porque moramos na mesma cidade. Aliás, ele é de São José e eu moro lá há dez anos, mas por questões políticas, programáticas, ideológicas e partidárias tivemos divergências importantes neste Parlamento ao longo desses três anos.

Mas eu quero dizer que tenho um grande respeito por ele, pela firmeza com que defende as suas posições. Em alguns momentos, embora tenha havido algumas divergências aqui ou em bairros de São José, estivemos juntos em defesa da nossa cidade, como no final do ano passado, quando fomos contra a entrega do terreno da cavalaria e contra a construção de um presídio no bairro de Potecas. Quando foi preciso, estivemos juntos lutando pela nossa cidade.

Quero, portanto, desejar felicidades a v.exa., deputado José Natal, e dizer que continuaremos amigos.

Muito obrigado, sr. presidente!

O Sr. Deputado Décio Góes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores quero fazer uma saudação ao deputado José Natal e desejar-lhe sucesso. Sempre respeitei as suas posições, embora na maioria das vezes divergissemos. Mas são as divergências e as afinidades que provocam o debate no Parlamento, para que cumpramos a nossa função, que é a de aprimorar a vida dos catarinenses.

Obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Esta Presidência gostaria de dar boas-vindas aos representantes das secretarias de Desenvolvimento Regional das cidades de Brusque, Itajaí, Criciúma, Araranguá, Tubarão e Concórdia, bem como aos funcionários da Saúde. Podem ter certeza de que o trabalho dos deputados está sendo constante para que vocês também sejam incluídos nessas medidas provisórias. Por isso a ausência de alguns deputados, pois estão na luta para chegarmos a um consenso.

Essa união, essa força e a presença de vocês neste Parlamento fortalecem a luta de todos os deputados em defesa do funcionalismo de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Meu caro presidente e pares desta Casa, ontem descobrimos que realmente as SDRs, que foram tão debatidas e que prestam relevantes serviços, estão de fora das MPs. Por isso, desde hoje de manhã estamos tratando desse assunto e quem quiser pode achar ruim, mas faremos emendas e vamos trabalhar para que aqueles servidores sejam contemplados. Estamos também tratando da questão da Saúde, que ficou desassistida.

Acho que precisamos fazer muitas correções e temos consciência de que temos que trabalhar nesse sentido. É dentro dessa linha que iremos buscar alternativas para fazer com que o servidor público se sinta feliz e realizado pelo trabalho que presta ao nosso estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Antônio Aguiar, por até 19 minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR -

Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, hoje, sem dúvida alguma, é um dia importante para o servidor público do estado de Santa Catarina, principalmente para o servidor da Saúde, que foi esquecido pelos governos anteriores, porque o governo de Luiz Henrique, de Leonel Pavan e o governador em exercício, deputado Gelson Merisio, muito fizeram pelo servidor dessa área.

É verdade que esqueceram os funcionários de nível médio, mas quero dizer-lhes que ainda não perdemos a esperança de que o governador em exercício, deputado Gelson Merisio, conforme o deputado Darci de Matos aqui discursou, ainda envie a esta Casa uma medida provisória beneficiando essa categoria. Nenhum deputado vai votar contra, pois queremos ajudá-los, mas depende do governo mandar para esta Casa uma medida provisória. Hoje votaremos somente a admissibilidade das medidas provisórias que aqui já estão. Não vamos aprovar nada em definitivo.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pois não!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Deputado, é bastante oportuno o que v.exa. está falando.

Eu acompanhava há pouco o deputado Joares Ponticelli, do PP, dizer que a medida provisória não é definitiva, que cabe emenda. Mesmo sendo da base do governo, entendo que deveríamos fazer algumas emendas.

A questão da Polícia Militar é um verdadeiro absurdo: R\$ 2.000,00 de gratificação para os oficiais e R\$ 250,00 para os soldados rasos. Justamente aqueles que estão dando a cara para bater, para receber bala na rua vão ganhar R\$ 250,00 de gratificação! É absurdo isso!

Temos problemas também no porto de São Francisco do Sul, onde há discrepâncias que precisam ser resolvidas. E isso tudo pode ser feito através de medida provisória. Para isso é necessário consenso por parte desta Casa, para que essas discrepâncias sejam resolvidas no decorrer dos próximos 60 dias.

Era isso que eu gostaria de acrescentar ao seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - É verdade, nós, deputados, independentemente de cor partidária, queremos votar "sim" à medida provisória que contemple os servidores de nível médio da Saúde.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pois não!

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Deputado, até para corroborar com o seu pronunciamento, as votações que teremos hoje referem-se à admissibilidade das medidas provisórias. Aprovando ou não a admissibilidade, elas já têm força de lei. Assim que a medida provisória é publicada pelo governo do estado ela já tem força de lei. Para valer, ela tem que ser publicada no dia de hoje ou, o mais tardar, até 180 dias antes do pleito eleitoral. A admissibilidade que vamos votar é simplesmente para analisar o mérito.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Na verdade, o Partido dos Trabalhadores veio aqui falar em promessas salariais, mas esqueceram da promessa feita para os aposentados do INSS, os aposentados do governo do presidente Lula, que não foram beneficiados de maneira alguma.

É muito correto falar em reposição salarial, mas o que acontece com a aposentadoria não é reposição, é achatamento salarial. O governo federal achata o salário dos aposentados. Temos certeza de que o governo Lula tomará providências também para defender os aposentados.

Srs. deputados, como fizemos uma saudação ao deputado José Natal, nós, do PMDB, queremos saudar também dois outros deputados que estão deixando esta Casa: Carlos Chiodini e Adherbal Deba Cabral. Ficamos muito honrados em ter neste Poder o deputado Carlos Chiodini, representando Jaraguá do Sul, juntamente com o deputado Adherbal Deba Cabral, que representa a região da foz do rio Itajaí.

Os nossos parabéns aos dois deputados pela atuação. A liderança do PMDB expressa, neste momento, o seu agradecimento.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Meu caro deputado, na verdade tanto o deputado José Natal quanto o deputado Adherbal Deba Cabral prestaram relevantes serviços e vão deixar muita saudade a todos nós. Eu espero que a população saiba reconhecer os relevantes serviços que prestaram a Santa Catarina e coloque-nos novamente neste Poder, a fim de que possam dar continuidade ao seu trabalho.

O deputado José Natal é muito combativo e às vezes até foi contra alguns projetos do governo, porque não atendiam ao que ele queria, mas a verdade é que fez um excelente trabalho nesta Casa e nós temos que reconhecer isso.

Por isso, parabéns a v.exas. e podem ter certeza de que estaremos aguardando a sua volta a este Parlamento.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Obrigado, deputado.

Conforme acordo com esta liderança, o deputado Carlos Chiodini ocupará o restante do tempo do nosso partido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra o deputado Carlos Chiodini, dentro do tempo que resta ao PMDB.

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Primeiramente, quero saudar o sr. presidente, os srs. deputados, os servidores públicos do estado de Santa Catarina que hoje se fazem presentes neste importante dia do ano legislativo. Quero saudar também os ouvintes da Rádio Alesc Digital e os telespectadores da TVAL.

Gostaria de dizer, como adiantou aqui o líder do PMDB, deputado Antônio Aguiar, que hoje estou, desta tribuna, assim como fez há poucos minutos o deputado José Natal, despedindo-me desta Casa. É uma despedida que ocorre num momento muito importante para mim, deputado Manoel Mota, porque nos últimos sete meses tive a oportunidade de atuar na função de deputado estadual, fazendo um trabalho de representação, como o deputado Antônio Aguiar falou, da Amvali, a Associação dos Municípios do vale do Itapocu, importante região do nosso estado por sua pujança econômica, geográfica e populacional, mas que carece de representação nesta Casa de Leis.

E só estando aqui, srs. deputados, é que vemos a importância de termos vozes comprometidas, como é caso dos 40 deputados catarinenses, com a busca de soluções, deputado Adherbal Deba Cabral, com a busca de resolução para inúmeras situações pelas quais a comunidade vem-nos procurar. Às vezes são os problemas regionais que nos forçam a resolver algumas situações na capital catarinense, que é o centro da discussão política do estado. E foi nesse intuito que nos últimos sete meses, desde setembro de 2009 até agora, tentamos nortear o nosso trabalho, representando sempre a região, ouvindo as comunidades, legislando, estando junto em algumas conquistas importantes para o estado.

Eu não poderia deixar de agradecer a todas as pessoas que conviveram comigo nesse tempo, sejam os servidores da Assembleia

Legislativa, seja o pessoal do nosso gabinete, sejam as pessoas da bancada do PMDB e todos os demais 39 deputados, que souberam acolher-me e dar-me a oportunidade de adquirir experiência com quem tem uma vasta carreira, para continuar a trilhar o meu caminho e buscar novos projetos.

Faço questão também de agradecer às pessoas com as quais pudemos interagir no governo de Santa Catarina, e faço-o em nome do deputado Dado Cherem, ex-secretário da Saúde, de todos os outros secretários, do ex-governador Luiz Henrique da Silveira e do atual governador Leonel Pavan.

Quero ainda dizer que muitas coisas foram feitas, deputado Elizeu Mattos, outras não. A vida é assim, é uma luta constante, pois a partir do momento em que solucionarmos todos os problemas, não será mais necessária a nossa figura.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Pois não!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Deputado Carlos Chiodini, meus parabéns pelo trabalho que v.exa. fez nesta Assembleia Legislativa. Isso aqui é uma passagem, o único aqui que tem cadeira permanente é o povo catarinense.

Eu sei que v.exa. representou muito bem não só a sua região de Jaraguá do Sul, o vale do Itapocu, como toda Santa Catarina. E eu, que sou político desde 1988, já lá se vão 22 anos, orgulho-me não por aquilo que faço, mas por aquilo que vejo os outros fazerem, os prefeitos, os vereadores, os deputados, os senadores, cada um empenhado em fazer o melhor para a região que representa.

A sua atitude nesta Casa é motivo de orgulho para mim também, e por isso sempre poderei citá-lo quando estiver em Jaraguá do Sul, em Corupá, em Joinville, em Guarimirim, em Massaranduba. Quando me perguntarem quem eu sou, posso responder que sou meio parecido com o deputado Carlos Chiodini. Se eu disser assim, certamente o povo saberá quem sou!

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Muito obrigado, deputado Serafim Venzon.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O Sr. Deputado Darci de Matos - Deputado Carlos Chiodini, não poderíamos deixar, em nome da bancada do Democratas, de fazer a nossa saudação a v.exa pela forma tranquila, serena, dedicada, sempre comprometida com as causas do povo catarinense, com que se portou durante o período em que esteve neste Parlamento. V.Exa., deputado Carlos Chiodini, bem representa o município de Jaraguá do Sul, o vale do Itapocu e o norte de Santa Catarina, juntamente com o deputado Kennedy Nunes, o deputado Nilson Gonçalves e este deputado que lhe fala.

Gostaria de dizer ainda que v.exa., não só pela idade, mas pela postura, pela forma de ser e pela forma de se comportar, representa uma safra de políticos novos que estão ocupando um espaço importante no cenário catarinense.

Parabéns e felicidades pelo trabalho que v.exa. fez no Parlamento catarinense!

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Muito obrigado, deputado Darci de Matos.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Ouço o líder do governo, colega de bancada, deputado Elizeu Mattos.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Nós aprendemos a chamar de Carlinhos o nosso mais jovem deputado. E quando se está na Assembleia Legislativa, não existe deputado pela metade. É por inteiro ou não é. E v.exa. foi nosso deputado e

a partir de agora vai ser nosso suplente, assim como o deputado Adherbal Deba Cabral, o deputado José Natal e o deputado Ismael dos Santos. V.Exas., durante o período em que aqui estiverem, exerceram com brilhantismo o mandato de deputado estadual de Santa Catarina!

Não conhecia o deputado Carlos Chiodini, conhecia-o de vista apenas; não conhecia o deputado Adherbal Deba Cabral e conheci melhor agora; não conhecia o deputado José Natal e conheci-o melhor agora; não conhecia o deputado Ismael dos Santos e passei a conhecê-lo agora. Aqui construímos uma grande amizade e estamos torcendo para que v.exas. estejam aqui no ano que vem juntamente conosco.

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Muito obrigado, deputado Elizeu Mattos.

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Pois não!

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - Deputado, v.exa. provavelmente ainda tem muito o que falar, mas só quero parabenizá-lo e ao deputado Adherbal Deba Cabral pelo trabalho que realizaram nesta Casa. Também gostaria de dizer que tive muito orgulho de trabalhar com v.exas., pois vi a competência, a seriedade e a disposição de bem representar as suas regiões.

Portanto, parabéns pelo trabalho e estou torcendo para que voltem para esta Casa, a fim de continuarem representando suas regiões. Como a minha cadeira vai estar disponível, quem sabe um dos senhores assumirá meu lugar, porque meu projeto, em outubro, é outro.

Um abraço e muito obrigado!

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Agradeço coletivamente todas as manifestações, que muito me orgulham, até pela amizade que construímos nesse tempo.

E como citou o deputado Elizeu Mattos, agradecemos a tranquilidade com que a nossa bancada e os nossos colegas de Parlamento deram-nos autonomia para deliberar da melhor forma possível, sem ter esse sentimento de ser suplente, mas com o sentimento, sim, de ser um deputado responsável pelas causas e interesses do povo de Santa Catarina.

Hoje tenho 28 anos. Em 2006, fui candidato com apenas 24 anos. Mas cada vez estou mais convicto e por onde vou levo comigo a certeza de que a atividade política, deputado Lício Mauro da Silveira, é feita com amigos, com companheiros, diuturnamente, sem parar, renunciando a muitas coisas que se poderia ter. E é dessa forma que vou continuar fazendo. Eu me afasto do gabinete, da estrutura e da titularidade do cargo de deputado estadual, mas não da responsabilidade que tenho com as pessoas que me ajudaram, com as pessoas que comigo construíram esse caminho.

Inclusive, nesse tempo aqui na Assembleia Legislativa tivemos o prazer de receber inúmeros amigos que vieram ao nosso gabinete, que almoçaram conosco, que foram conosco visitar os mais diversos locais em Florianópolis. Isso nos orgulha, dá-nos um sentimento de apreço e de carinho por tantas pessoas que nos procuraram e fez com que enxérgassemos como é importante e útil, deputado Peninha, ser um deputado estadual e poder compartilhar com as pessoas próximas o nosso trabalho.

Adquiri muita experiência, como disse antes, e isso me credencia agora, fora do mandato, a ir para a estrada tentar buscar outro mandato, construir novos projetos na vida pública. Como diria Lenin, é um passo para trás e dois para frente, deputado Adherbal Deba Cabral. Agora vou doar todo o meu tempo e o meu esforço na busca da construção de um novo projeto.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Deputado Carlos Chiodini, quero desejar felicidade a v.exa. Tomara que possamos encontrar-nos aqui no ano que vem. E diante dessa citação de Lenin, quero desejar boa sorte para todos os leninistas do estado de Santa Catarina.

Muito obrigado e parabéns a v.exa. pelo trabalho que fez na Assembleia. Esperamos estar aqui nos próximos anos para trabalharmos juntos.

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

E é neste ensejo que encerro o meu pronunciamento desta tribuna - e talvez este ano não a ocupe mais -, com sentimento de gratidão, com sentimento de dever cumprido, deputado Antônio Aguiar, líder da bancada do PMDB. Encerramos este momento com muita tranquilidade e com muitos afazeres pela frente.

Um abraço e sucesso a todos! Espero que ainda possamos construir muito coisa juntos nos próximos anos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Manoel Mota - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Como agora v.exa., sr. presidente, vai dar início à Ordem do Dia, queremos fazer um apelo para que todos os deputados que estão nos seus gabinetes desçam ao plenário, porque há projetos importantes para serem votados.

Então, peço que os deputados desçam ao plenário para deliberarmos acerca das matérias constantes da Ordem do Dia.

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente e srs. deputados, quero ainda fazer um apelo no final do horário dos Partidos Políticos - e hoje de manhã vários deputados já o fizeram: que o governo mande para esta Casa, ainda no dia de hoje, uma medida provisória que inclua os trabalhadores da Saúde na reposição salarial.

(Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Srs. deputados, conforme o acordo de lideranças celebrado ontem, ficou definido que iniciaremos as atividades de plenário diretamente no horário dos Partidos Políticos e que a seguir passaríamos à Ordem do Dia.

Antes, porém, de entrarmos na Ordem do Dia, gostaria de registrar, deputado José Natal, os bons debates que realizamos Casa. Tenho absoluta convicção de que o povo josefense foi bem representado. Divergimos nas questões partidárias, mas deixo aqui o reconhecimento público do seu empenho e do seu papel relevante, que qualifico o Parlamento catarinense.

Ao mesmo tempo, gostaria de cumprimentar o deputado Carlos Chiodini, do PMDB, que hoje também se despede desta Casa com um discurso importante, citando Lenin, tendo em vista que Lenin é um personagem, deputado Sargento Amauri Soares, relevante da história do século passado. Por isso, Jaraguá do Sul também foi bem representada.

Quanto ao deputado Ismael dos Santos, que com a deputada Ana Paula Lima e o deputado Jean Kuhlmann bem representam o vale do Itajaí, cumpriu também com o seu papel, repre-

sentando muito bem o Democratas, diga-se de passagem, sempre na sua simplicidade e na sua quietude, porém bastante comprometido com as causas humanitárias e com as questões importantes do estado catarinense.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Gostaria, realmente, de prestar uma homenagem ao deputado Ismael dos Santos, que ficou conosco durante este ano mostrando a sua sabedoria, a sua simplicidade, a sua humildade e ensinando a todos nós uma maneira diferente de estar no Parlamento.

Foi um grande prazer estar com v.exa. neste plenário!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Deixamos também o nosso registro de cumprimentos ao deputado Adherbal Deba Cabral, que aqui representou a região da foz do rio Itajaí, e que tendo sido prefeito da cidade de Navegantes por três vezes esteve empenhado no acompanhamento das questões do porto. Fomos testemunha disso durante a visita feita pelo ministro dos Portos, juntamente com a senadora Ideli Salvatti.

Fica aqui o nosso registro e os parabéns pela sua contribuição!

O deputado Ozair Polaco representa a região do planalto serrano, especialmente Otacílio Costa, e o Parlamento catarinense também registra o seu papel nesta Casa, nesse período em que ocupou a vaga do deputado Altair Guidi, de Criciúma.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, eu não poderia deixar de registrar, em nome da bancada progressista, o nosso agradecimento aos deputados que deixam esta Casa: Ismael dos Santos, José Natal, Adherbal Deba Cabral e Carlos Chiodini. Cada um tem a sua personalidade, a sua característica, mas certamente todos deram uma grande contribuição para o Parlamento catarinense, bem como para as regiões que representam. Esperamos que eles tenham êxito na eleição de outubro e voltem a este Parlamento para continuar trabalhando em prol dos catarinenses.

Muito obrigado, sr. presidente!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, já fiz, em nome de bancada, menção ao deputado José Natal, ao deputado Carlos Chiodini, e não poderia deixar de fazer uma menção elogiosa ao período em que esteve neste Parlamento o deputado Adherbal Deba Cabral, o Debinha, nosso amigo, duas vezes prefeito de Navegantes, que cumpriu com o seu papel.

Também faço menção ao deputado que integra a nossa bancada, doutor em Filosofia, deputado Ismael dos Santos, que representa a região de Blumenau e a Assembleia de Deus, juntamente com o deputado Kennedy Nunes, neste Parlamento. O deputado Ismael dos Santos foi sempre dedicado, competente, compenetrado, trabalhando pelo povo catarinense.

Parabéns aos deputados e desejo que essa despedida a todos seja tão-somente um até breve!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, também quero associar-me a todas as manifestações aqui externadas. É claro que estávamos o tempo todo em trincheiras opostas, mas foi muito boa a convivência com o deputado Adherbal Deba Cabral, com o deputado Carlos Chiodini, com o deputado José Natal e com o deputado Ismael dos Santos, pois aprendemos a conhecê-los e a respeitá-los.

Desejo muito sucesso na empreitada, torço, honestamente, para que v.exas. tenham êxito nessa caminhada e espero que em 1º de fevereiro de 2011, nesse ano que eu gosto tanto porque é um ano de um número que me agrada muito, v.exas. possam voltar a este Parlamento.

O Sr. Deputado Décio Góes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Da mesma forma, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, quero também agradecer a convivência e o debate salutar que fizemos aqui com os deputados Ismael dos Santos, Adherbal Deba Cabral, Carlos Chiodini e José Natal, que se despedem na data de hoje.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves, que demonstra ansiedade para falar.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, ia ficar até ruim para mim não me manifestar, porque o deputado Carlos Chiodini, inclusive, ajudou-me nas negociações das questões salariais lá do porto de São Francisco do Sul. Ele foi fundamental, esteve conosco, viajou várias vezes para lá e intermediou as negociações.

Então, não poderia deixar de registrar o meu sentimento de gratidão e também a torcida para que volte em definitivo para esta Casa.

Muito obrigado, deputado Carlos Chiodini! Fica aqui o meu abraço! E deixo ao deputado Adherbal Deba Cabral também um grande abraço!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência vai ler as 12 medidas provisórias, tendo em vista que elas já foram, mesmo num curto espaço de tempo, discutidas pelas lideranças e vai propor o debate em bloco.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, concordamos com a sua condução, exceto em relação à Medida Provisória n. 0164/2010, que regulamenta os serviços públicos de Santa Catarina da Agesc e o Anexo IX-B da Lei Complementar n. 381, de 2007. A nossa sugestão é pela retirada ou pela rejeição da admissibilidade. Essa é a nossa posição, sr. presidente.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, foi muito oportuna a lembrança do meu líder, deputado Silvio Dreveck, porque essa é a única medida provisória em que a nossa bancada, a bancada do PT e outros parlamentares

votaram contra a admissibilidade, que é aquela que amplia o mandato dos diretores da Agesc. Nós não entendemos o porquê da relevância dessa matéria. Por que uma medida provisória para ampliar o mandato dos diretores da agência que estão lá? Nem os diretores têm confiança na eleição, e até eles já estão admitindo, antecipadamente, que vão para casa?

Então, não faz sentido e é inoportuna. Faço aqui um apelo ao líder do governo para que proceda à retirada dessa medida da pauta da Ordem do Dia, porque ela é descabida, não há necessidade, não há nada que justifique a relevância e a urgência da ampliação do mandato de dirigentes da Agesc. Não faz sentido!

Então, o nosso apelo é pela retirada da matéria, deputado Elizeu Mattos. Se não for possível, que seja feita a votação em separado dessa medida provisória!

(Manifestações das galerias)

O Sr. Deputado Décio Góes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, hoje pela manhã já fizemos uma ampla explanação sobre essa MP. Ontem, inclusive, a nossa bancada foi bem clara com o governador em exercício, deputado Gelson Merisio, e informou que concorda, que acata todas as 11 outras medidas provisórias, mas com relação a essa nós não vemos sentido. Não há o problema do prazo eleitoral e não há por que editar uma medida provisória para prorrogar mandatos de diretores, já que é um assunto eminentemente de estado e não de governo. Ela prorroga o mandato dos diretores de forma que o próximo governo, que nós nem sabemos de que partido será, não vai poder, praticamente, nomear a diretoria. Faz também alterações do estatuto de maneira que o presidente vai mandar mais do que o conselho deliberativo. Além de tudo, essa atitude do governo desmoraliza o instrumento da medida provisória, que deve ser usado somente em caso emergencial, em caso extremamente necessário.

Então, por não merecer uma medida urgente e emergencial, fazemos um apelo no sentido de que a base do governo retire essa matéria da pauta. Isso será bom para Santa Catarina e não vai contaminar as demais medidas provisórias que estão tramitando nesta Casa.

A Sra. Deputada Professora Odete de Jesus - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Professora Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, v.ex.a. salientou que irá colocar em votação em bloco agora todas as medidas provisórias?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Eu iria colocar em discussão e fazer a votação em bloco para dar agilidade ao processo. Mas diante da questão colocada aqui, acho que já está compreendido pela Presidência que essa medida deve ser discutida em separado.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Muito obrigada, sr. presidente!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, quero inicialmente agradecer aos líderes do PMDB, do PP, do PT, do PTB, do PRB, enfim, a todos os srs. líderes desta Casa, que, inclusive, estão analisando a Medida Provisória n. 0164/2010, que altera duas coisas: uma lei ordinária e uma lei complementar. Teoricamente não poderia uma medida provisória, que tem

status de lei ordinária, modificar uma lei com status maior, uma lei complementar.

No caso em tela, a Medida Provisória n. 0164/2010 altera o Anexo IX-B da Lei Complementar n. 381. Baseado nisso, pedi aos líderes dos demais partidos para vermos a possibilidade de, quem sabe, retirá-la de votação. E ontem, na reunião de líderes, também ficou acertado que para o governador transformar aqueles projetos de lei em medidas provisórias votaríamos todas elas.

Então, assumimos o compromisso com o presidente da comissão de Finanças e Tributação, deputado Marcos Vieira, de que vamos corrigir esse equívoco na análise do mérito e eu retiro a minha intenção de suspender a votação da admissibilidade dessa medida provisória.

Peço escusas aos srs. líderes que atenderam inicialmente ao meu pedido, pois vamos fazer essa correção na análise do mérito, como faremos em outros projetos e em outras medidas provisórias que tramitam agora.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, gostaria de fazer um apelo com relação a essa questão, ou seja, que se faça um projeto de lei, a fim de que tenhamos tempo para discutir. Não há necessidade de medida provisória, não precisa ser de afogadilho.

Eu ia propor a retirada, assim como o deputado Décio Góes fez, dessa medida provisória, mas como não existe acordo com os demais líderes para retirarmos de pauta essa MP, como as outras questões são mais importantes, como o funcionalismo público está esperando a aprovação e como não existe a compreensão do deputado Serafim Venzon, deixo que v.ex.a., sr. presidente, encaminhe, no mínimo, a discussão em separado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Discussão e votação em turno único da admissibilidade da Medida Provisória n. 0164/2010, que altera dispositivos da Lei n. 13.533, de 2005, que dispõe sobre a organização, estruturação e funcionamento da Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina - Agesc -, e o Anexo IX-B, da Lei Complementar n. 381/2007.

Em discussão.

Com a palavra, para discutir, o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, os servidores públicos estão aqui para discutir as demais medidas provisórias, o que também queremos, mas não podemos deixar passar em branco e considerar legítima essa medida provisória, pois significaria que concordamos com a prorrogação do mandato da diretoria da Agesc, que concordamos com as mudanças que estão sendo feitas no estatuto.

Além disso, catarinenses, não há necessidade nenhuma de fazer essas alterações por medida provisória porque não existe problema eleitoral e elas podem ser feitas durante o ano.

Então, novamente, já que não houve a retirada da MP, apelamos para que se vote em separado, porque quanto às demais há concordância. Assim, o nosso encaminhamento é pela derrubada e pedimos que as demais bancadas também votem contra essa medida provisória, porque é uma afronta ao Parlamento catarinense, é uma vergonha!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Silvío Dreveck - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Silvío Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Faço um apelo aos nobres colegas, em nome da sociedade catarinense e em respeito à democracia, no sentido de que votem contra essa medida provisória.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, diante das colocações que fiz anteriormente, o PSDB encaminha o voto "sim".

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, para declaração de voto, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, vou votar contra essa medida provisória, pois não acho que a matéria que ela encerra tenha caráter emergencial, acho, inclusive, que poderíamos discutir a questão com mais tempo, pois a prioridade neste momento é a gratificação para os servidores públicos.

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Eu encaminho o voto "sim", Sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - A votação será nominal.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal pelo processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA	
DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	não
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	sim
DEPUTADO DADO CHEREM	
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	não
DEPUTADO DÉCIO GÓES	não
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	não
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	não
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	não
DEPUTADO JORGINHO MELLO	
DEPUTADO JOSÉ NATAL	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA	não
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MOCACIR SOPSLSA	
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO OZAIR POLACO	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	

DEPUTADO PEDRO UCZAI
 DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS não
 DEPUTADO RENATO HINNIG
 DEPUTADO RENO CARAMORI
 DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA sim
 DEPUTADO ROMILDO TITON sim
 DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES não
 DEPUTADO SERAFIM VENZON sim
 DEPUTADO SILVIO DREVECK não
 DEPUTADO VALMIR COMIN não

Está encerrada a votação.
 Temos 17 votos "sim" e 11 votos "não".

Está aprovada a admissibilidade da medida provisória.

O Sr. Deputado Décio Góes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Superada essa questão, queremos sugerir que as demais medidas provisórias sejam discutidas e votadas em bloco. A nossa bancada está preparada para isso, pois acha que o que realmente interessa é a questão da gratificação dos servidores.

Sugerimos que v.exa. proceda à leitura de todas as medidas provisórias em bloco, colocando-as em discussão conjunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - A Presidência já havia anunciado que assim procederá.

Discussão e votação em turno único da admissibilidade da Medida Provisória n. 0165/2010, de procedência governamental, que institui Gratificação Especial de Estímulo ao Desenvolvimento da Infraestrutura Estadual para os servidores do Departamento Estadual de Infraestrutura - Deinfra - e da Secretaria de Estado da Infraestrutura - SIE -, que dispõe sobre o valor total da despesa com a Gratificação de Serviços de Transportes para os servidores do Departamento de Transportes e Terminais - Deter -, e estabelece outras providências.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Discussão e votação em turno único da admissibilidade da Medida Provisória n. 0166/2010, de procedência governamental, que fixa o valor referencial de vencimento da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - Udesc.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Discussão e votação em turno único da admissibilidade da Medida Provisória n. 0167/2010, de procedência governamental, que fixa a tabela de vencimentos do quadro de pessoal da administração direta, autárquica e fundacional e estabelece outras providências.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Discussão e votação em turno único da admissibilidade da Medida Provisória n. 0168/2010, de procedência governamental, que institui Gratificação de Representação de Agente da Autoridade Policial e estabelece outras providências.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Discussão e votação em turno único da admissibilidade da Medida Provisória n. 0169/2010, de procedência governamental, que institui Gratificação de Representação para os militares estaduais e estabelece outras providências.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Discussão e votação em turno único da admissibilidade da Medida Provisória n. 0170/2010, de procedência governamental, que fixa o subsídio mensal dos membros da carreira de procurador do estado, a que se refere o art.

37, incisos X e XI e § 11, o art. 39, § 4º, e o art. 135, da Constituição Federal, e o art. 104-A da Constituição do Estado, e adota outras providências.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Discussão e votação em turno único da admissibilidade da Medida Provisória n. 0171/2020, de procedência governamental, que institui a Gratificação de Gestão da Pesquisa e estabelece outras providências.

Conta com parecer da Comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Discussão e votação em turno único da admissibilidade da Medida Provisória n. 0172/2010, de procedência governamental, que concede abono aos servidores do Quadro Único de Pessoal Civil da Administração Direta, lotados e em efetivo exercício na Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão e seus órgãos subordinados e estabelece outras providências.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Discussão e votação em turno único da admissibilidade da Medida Provisória n. 0173/2010, de procedência governamental, que altera critério de cálculo das gratificações que menciona e estabelece outras providências.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Discussão e votação em turno único da admissibilidade da Medida Provisória n. 0174/2010, de procedência governamental, que institui gratificação por atividade técnica em saúde e estabelece outras providências.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Discussão e votação em turno único da admissibilidade da Medida Provisória n. 0175/2010, de procedência governamental, que institui o Plano de Carreiras e Vencimentos do Grupo Segurança Pública - Perícia Oficial, e adota outras providências.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em discussão em bloco.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, padiscutir.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, servidores aqui presentes e as centenas de pessoas que certamente nos acompanham pela TVAL, na tarde de hoje.

Queremos mais uma vez manifestar o nosso repúdio a toda forma de discriminação quanto à questão salarial no estado de Santa Catarina.

Os delegados já receberam R\$ 2.000,00 em novembro do ano passado, portanto, o governo do estado só aprofunda a discriminação e a injustiça salarial para todos os trabalhadores da Segurança Pública no estado de Santa Catarina. É preciso que isso fique registrado.

Até foi bom que aqueles projetos tenham sido transformados nessas medidas provisórias. No entanto, estamos de mãos amarradas porque hoje é o prazo fatal e as emendas vão depender de posterior e improvável concordância do Poder Executivo. Portanto, hoje estamos dando o aval para uma discriminação sem tamanho que está sendo cometida com os servidores estaduais na questão salarial.

Sobre a outra medida provisória, aquela tão referida por vários deputados no dia de hoje, desde o período da manhã até agora, tenho a informação de que está vindo, está a caminho. Não chegou ainda a de vocês, mas tenho a informação de que está a caminho. Talvez esteja passando por Chapecó ou Caçador a medida provisória que vocês tanto estão esperando. Mas se chegar, os servidores que estão aqui

evidentemente vão comemorar, porém a maioria dos trabalhadores da Saúde continuará excluída, assim como os da Educação foram excluídos.

O abono de 16,76%, no final do ano passado, todos receberam, mas os trabalhadores dos hospitais ficam de fora. Se esses que estão aqui merecem ser atendidos, e estão de parabéns pela mobilização, milhares de outros que não estão aqui também merecem.

Nesses dez minutos vamos discutir 12 medidas provisórias, na verdade 11 MPs porque uma já foi votada. Temos, desta tribuna, ao longo desses três anos, trabalhado com os dados do governo sobre os gastos com salários, e o discurso do governador Luiz Henrique, das autoridades em geral do governo, inclusive de alguns deputados governistas nesta Assembleia, era de que a Lei de Responsabilidade Fiscal impedia qualquer incremento salarial, impedia o pagamento da Lei n. 254.

O atual secretário da Fazenda afirmou - e foi publicado no jornal ontem - que o governo está gastando 37% da receita corrente líquida com salários, quando pode gastar até 48,5% para ficar dentro do limite prudencial, e até 49% para ficar dentro do limite máximo. Ou seja, o governo do estado está gastando 12% a menos do que poderia gastar com salários. Mas passou três anos dizendo que não poderia pagar a Lei n. 254 por causa do limite orçamentário. O secretário da Segurança disse que era inviável a Lei n. 254 porque implicaria em gastos de R\$ 17 milhões. Na nossa conta seriam R\$ 12 milhões. Não pagaram, e o governo Luiz Henrique preferiu a discriminação à realização da justiça salarial.

Quero registrar, sr. presidente, que dos servidores públicos estaduais, aqueles da linha de frente, Segurança Pública, Saúde e Educação, a maioria não foi contemplada ou o foi com uma migalha que caiu da mesa do banquete farto do governador Luiz Henrique com a aristocracia do serviço público estadual.

O governador Luiz Henrique, deputado Joares Ponticelli, há sete anos fez os praças chorarem quando disse que injustiças nunca mais aconteceriam. Em novembro de 2002, já eleito, saiu da fila, daquele cordão de puxa-sacos, bateu no ombro de um soldado fardado e disse: "Isso nunca mais vai acontecer. Agora chegou a vez de vocês. Injustiça nunca mais!"

Pois bem, ele termina o seu segundo mandato praticando a mesma política discriminatória perversa, confirmada pelo envio dessas 12 medidas provisórias e pela que ainda está vindo. Lá na Saúde, os servidores de nível médio brigaram, na tarde de hoje, aos empurrões com os enfermeiros, porque o governo resolveu estralhar o serviço público com essas medidas discriminatórias que atendem, inclusive, a interesses específicos de específicos dentro do próprio governo.

Há deputado da base do governo que também está sentindo que o seu pessoal ficou de fora porque alguns que serão candidatos, mas que ainda estão na tarde de hoje como secretários, estão lá com a caneta mandando mais do que o governador, fazendo casuismo, política eleitoral com recursos públicos, com o anseio, a ansiedade e o desejo de justiça de todos os servidores públicos estaduais.

É isto o que está acontecendo neste estado, casuismo! Nós vamos votar pela admissibilidade porque seria tacanho até dizer não a servidores públicos como esses que aqui estão na tarde de hoje. Mas que fique registrado que o governo Luiz Henrique, neste segundo mandato especialmente, afastou-se, ausentou-se, foi para longe daquilo que prometeu em 2003, quando foi eleito pela primeira vez.

Lamentavelmente - e já fiz essa autocrítica desta tribuna há praticamente três anos -, ainda em 2006 nós, praticamos da Polícia

Militar e do Corpo de Bombeiros, nos enganamos e votamos nele. Eu já fiz essa autocrítica, pedi desculpas para os meus irmãos de farda por haver cometido o erro de ter acreditado em Luiz Henrique e de ter induzido a maioria dos praças a votar nele no segundo turno, em 2006. Eu pedi desculpas, há quase três anos desta tribuna, e quero reiterar o pedido na tarde de hoje. A nossa luta é permanente, até o infinito, até a morte, por justiça salarial, por uma política salarial digna para os trabalhadores do estado de Santa Catarina, mais especificamente para os trabalhadores militares estaduais.

O pior de tudo é que 18 deles - nos corredores já falam no 19º - foram expulsos da Polícia Militar justamente por terem cobrado de Luiz Henrique o cumprimento das suas promessas, o cumprimento daquilo que foi mandado para esta Casa, que foi aprovado na legislatura passada e que ele sancionou. Parte daquilo ainda está valendo. O art. 27 da Lei Complementar n. 254, que vale mais do que medida provisória, como foi dito aqui pelos próprios deputados da base governista, ainda está em vigor. Tentaram derrubar no STF, mas o Supremo disse não! O art. 27 diz que a diferença entre o maior e o menor salário deve ser de, no máximo, quatro vezes. E o governador Luiz Henrique da Silveira, lamentavelmente, no apagar das luzes, no fim de feira, manda para cá uma proposta de abono com diferença de oito vezes, o dobro da diferença entre o maior e o menor salário.

Portanto, o repúdio de todos os praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, e da base da Polícia Civil a esse tratamento diferenciado. Nosso lamento também pela maioria dos trabalhadores da Saúde, da Educação, aqueles que estão nas salas de aula e nos hospitais e que ficaram de fora de qualquer incremento salarial, neste final de feira de Luiz Henrique da Silveira.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck, para discutir.

Antes, porém, quero registrar a presença da nossa eterna deputada Luci Choinaki, que está neste plenário.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, estou nesta Casa há três anos e três meses, mas há colegas que estão há sete anos e três meses acompanhando essa política, que não pode ser chamada de política salarial, do governo do estado, que resolveu, em primeiro lugar, não fazer a correção anual dos salários dos servidores; que resolveu, em segundo lugar, adotar uma política de conceder abonos que não incidem sobre a gratificação natalina nem são incorporados à aposentadoria; que resolveu, em terceiro lugar, conceder abono salarial ora para determinada categoria, ora para outra, sem estabelecer um padrão para todo o funcionalismo público do estado de Santa Catarina.

Dizer que não há dinheiro, srs. deputados e sras. deputadas, não é desculpa, na medida em que concede gratificações para parte dos servidores da Saúde - apenas para os de nível superior -, deixando a ver navios os demais colaboradores que fazem o trabalho diário em favor da população catarinense! Deixa a ver navios também os servidores da Educação, principalmente aqueles que estão trabalhando nas SDRs, com o argumento de que não tem dinheiro e de que não é possível!

Eu não concordo com essa desculpa e provo, srs. deputados, que utilizaram o dinheiro do Seitec que deveria ter sido repassado à secretaria da Educação. Como provo? Através do relatório do Tribunal de Contas do Estado, que afirma que nos últimos quatro anos a Educação deixou de receber

R\$ 350 milhões e a Saúde deixou de receber R\$ 165 milhões. Enquanto isso, o nosso servidor público fica humilhando-se, pedindo que o governo reconheça o seu trabalho.

Nós, parlamentares da Oposição, estamos alertando para isso há mais de sete anos, mas nunca fomos ouvidos. Hoje já há reconhecimento até por parte dos parlamentares da base do governo de que a política de salários deste governo foi maléfica para o estado de Santa Catarina e para os servidores.

É evidente, sr. presidente, que o nosso encaminhamento será pela aprovação da admissibilidade das medidas provisórias, até porque não seríamos contra, mesmo que parcialmente. Mas o nosso trabalho no sentido de convencer o governo a estender o benefício aos servidores da Saúde e da Educação continuará, sr. presidente.

Por isso, quero fazer mais uma vez um apelo no sentido de que o governo reconheça e encaminhe a esta Casa a reedição dessas medidas provisórias da Educação e da Saúde, para contemplar todos os servidores.

Muito obrigado!
(Palmas das galerias)
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, para discutir, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, nós, pela manhã, na comissão de Constituição e Justiça, colocamos nossa posição e também a nossa indignação pelo que estamos vivenciando nesta semana.

Primeiramente, como disse o deputado Sargento Amauri Soares, em final de feira vêm todos os projetos para esta Casa, quando poderiam ter vindo muito antes para serem discutidos e incluídas as demais categorias de trabalhadores das mais diversas áreas, que estão sendo desrespeitadas, sendo a maioria da Saúde, mas há outras áreas, como a da Agricultura.

Eu tenho certeza de que, deputado Silvio Dreveck, este Parlamento irá sofrer uma grande pressão daqui a alguns dias. Entretanto, isso tudo não precisaria estar acontecendo se houvesse uma política de recuperação salarial em nosso estado.

Outra questão que queremos levantar é que está aberto um processo gravíssimo de proveito eleitoral, como aconteceu na campanha anterior, há quatro anos, quando foi aprovada a Lei Complementar n. 254, que até hoje não foi cumprida. Neste ano, cinco dias antes da eleição, deputado Joares Ponticelli, o pessoal da Segurança Pública vai receber o seu dinheiro para não esquecer! Cinco dias antes da eleição!

Então, fico muito revoltado e triste pelo tratamento dado aos trabalhadores do serviço público, que cumprem uma função essencial no estado, seja na Saúde, na Educação, na Agricultura.

Entendemos sempre que é fundamental a igualdade no tratamento, mas na Segurança Pública houve benefícios díspares: gratificações de R\$ 2 mil para uns e de R\$ 300,00, R\$ 400,00 para outros. Com isso não concordamos, mas vamos votar favorável às MPs porque entendemos que os trabalhadores que serão beneficiados precisam desse aumento para tocar seu trabalho e sustentar sua família. Mas repudiamos a atitude, o momento e a forma como vieram essas matérias para esta Casa.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, para discutir, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, eu acho que antes tarde do que nunca, que bom que veio!

Mas quero fazer um esclarecimento, pois sei que os servidores de nível médio da Saúde não foram contemplados na medida provisória e estão aqui aguardando que chegue alguma medida provisória que os agracie, como foi falado há pouco. Quero dizer que não chegará nenhuma medida provisória à Assembleia Legislativa para ser lida.

O que eu posso dizer é o seguinte: estou desde ontem fazendo um esforço danado, como líder do governo, mantendo contato com a secretaria da Administração, para achar um caminho que ponha fim a esse assunto e inclua os funcionários de nível médio da Saúde, que não foram agraciados na medida provisória que tramita nesta Casa. O caminho já foi achado, faltam poucos contatos e vamos falar também com o governador Leonel Pavan.

Assim, sr. presidente, como líder do governo, quero dizer que acredito que haverá uma solução para os funcionários de nível médio da secretaria da Saúde. Tenho certeza de que não haverá necessidade de fazer a leitura de nenhuma medida provisória. O que tem que haver é a edição de uma medida provisória. E eu vou sair daqui hoje, juntamente com os demais líderes da base aliada, e falar com o governador Leonel Pavan, a fim de que na semana que vem seja editada uma medida provisória que beneficie os funcionários administrativos, de nível médio, da secretaria da Saúde.

Muito obrigado!
(Palmas das galerias)
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, para discutir, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, que final melancólico, a que final triste chegou um governo, o primeiro na história de Santa Catarina reeleito por dois mandatos consecutivos! Que diferença, deputado Sargento Amauri Soares, entre o discurso de campanha e a atitude do eleito, inclusive v. exa. fez referência que em novembro, depois de eleito, Luiz Henrique saiu do cordão e foi abraçar os soldados. E que realidade triste depois de sete anos e meio.

Duvido que o ex-governador fujão tenha a mesma condição que tinha em novembro de andar na rua de cabeça erguida e peito aberto. Não sei como vai pedir votos para o Senado. Não sei! Acho que ele vai ter que mandar filminho, porque se aparecer ao vivo e a cores o servidor vai cobrar.

Os servidores da Educação, meus colegas, vão cobrar a tal da equiparação com o salário do professor de Joinville, como estão cobrando os assistentes técnicos e pedagógicos das SDRs. Todos os srs. deputados, assim como eu, já receberam e-mails e ligações do servidor da Educação lá das SDRs e ele só fez esta pergunta: "Que descentralização é essa, se nós fomos esquecidos?" Como perguntam - e estão aqui ansiosos, vigilantes, de plantão - os servidores de nível médio da secretaria da Saúde, das fundações, das empresas da Agricultura. Enfim, é uma tristeza generalizada, é um descontentamento amplo, geral e irrestrito.

E não foi por falta de aviso, deputado Silvio Dreveck, meu líder! Não foi por falta de aviso. A nossa bancada está há sete anos e três meses chamando a atenção, deputado Lício Mauro da Silveira, apontando e dizendo que não daria certo. Se o governador tivesse cumprido pelo menos o que determina a Constituição, que prevê a revisão anual dos salários, teria terminado o seu governo de forma bem mais digna do que terminou. Se tivesse dado o reajuste, a reposição da inflação, se houvesse reajustado o vale-alimentação, acho que as coisas seriam diferentes.

Eu não sabia, catarinenses, que o vale-

alimentação não havia sido reajustado no governo de Luiz Henrique. Não sabia por que não recebo. Faltou avisar, para debatermos aqui um pouco também, que o servidor ganha para se alimentar R\$ 6,00 por dia! Somente R\$ 6,00, deputado, Silvio Dreveck. É o valor que o ex-governador Esperidião Amin deixou, é o valor que o governo velho, como ele chamava, o governo ultrapassado, como ele chegou dizendo, deixou. E agora? Olhem o passivo que está ficando, e os próprios deputados do PSDB já se referiram a isso, hoje pela manhã, deputado José Natal, dizendo: "Que bucha! Que bucha nós recebemos!"

Deputado Nilson Gonçalves, o deputado José Natal falou sobre os precatórios hoje pela manhã. É mais uma bucha que ficou. São R\$ 550 milhões de precatórios, de gente que lutou durante 20, 30 anos na Justiça, que ganhou e não levou. Nesses sete anos e três meses nenhum centavo de precatório foi pago. Não sei por que não houve intervenção no estado! Não sei por que não houve intervenção no estado se a Constituição determina que ela ocorra nesses casos. Não sei! O fato é que o final é melancólico, é triste, é de decepção, é de frustração.

Quando nós dizíamos que as coisas não estavam certas, que havia coisas erradas, que estavam enganando, mentindo, levávamos uma saraivada aqui, porque a Oposição, com minguaos 13 votos, não era páreo para o latifúndio da base do governo, com 27 parlamentares, uma relação, portanto, desproporcional. Nós, da Oposição, esperneávamos dizendo: "Olhem, estamos sendo massacrados! Não nos deixam aperfeiçoar a matéria, não nos deixam emendar nunca!" Nesses sete anos, servidores, no momento mais importante de qualquer Parlamento, que é a votação do Orçamento, nunca conseguimos aprovar sequer uma minúscula emenda, porque o governador autoritário e mandão não deixava.

Esta Assembleia, como tenho dito em diversos momentos, foi transformada no cartório carimbador da vontade soberana do rei ou do imperador Luiz XV, como o meu líder sempre disse. O imperador Luiz XV picou a mula na semana passada, mandou-se para a campanha e deixou o servidor e até os seus nessa situação deprimente, triste. Não pensem que isso nos alegra, não. Não pensem que nos alegra, porque vamos esforçar-nos muito para voltar ao governo, deputado Valmir Comin, e temos consciência do que será encontrado.

Isso é ruim para o estado, para a democracia. Venha quem vier - e vai haver mudança, acredito, porque o povo saberá dar a resposta - vai encontrar dificuldades, sim, por conta dos desmandos, dos equívocos praticados ao longo de sete anos e três meses de um governo mandão, autoritário, enganador. Quarenta mil mais ou menos estão na expectativa da nossa manifestação e os outros setenta mil como estão? Esses quarenta mil têm uma expectativa de passar uma Páscoa um pouco mais aliviada, pois a medida provisória está editada, está produzindo efeitos; temos 60 dias para votar, para tentar aperfeiçoar, porque é isso que a nossa bancada vai fazer, ou seja, vamos buscar todos os pareceres, toda a ajuda jurídica para garantir a validade, porque tenho certeza disso, repito, tenho certeza e acredito no senso de justiça da Casa aqui ao lado, que não vai nos faltar, porque sabe da angústia do nosso servidor.

Então, para esses 40 mil temos um alento, mas para os outros 70 mil e para os aposentados, que estão em situação de miserabilidade, esquecidos durante esse período, o que temos?

Este é um momento triste, mas saibam que de nossa parte não faltará esforço como não faltou da parte da Oposição em alertar, porque nada, além disso, podemos fazer; não temos voto, não temos força, mas não faltaremos a essa luta

que será travada durante os próximos 60 dias e haveremos de sensibilizar, acredito, o governador Leonel Pavan, porque dinheiro existe, como o deputado Silvio Dreveck tem dito, dinheiro existe, já que a receita quadruplicou nesse período. Acredito que o governador Leonel Pavan haverá de empreender um esforço para tentar consertar a lambança e a irresponsabilidade com que Luiz Henrique, o imperador, o mandão, o autoritário, o antidemocrata, conduziu este estado apenas para viajar mundo afora sem trazer resultado, para fazer mordomia, para sair e cuidar de sua campanha ao Senado Federal. Foi só o que fez! Só o que fez!

Com relação à herança que fica, não tenho dúvida de que esse povo está sentindo na pele e vai saber o que fazer durante esse período.

Boa sorte e contem conosco nessa luta!

(Palmas das galerias)
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Está encerrada a discussão.

Em votação.

A votação das 11 medidas que foram lidas será em bloco, srs. deputados.

O Sr. Deputado Décio Góes - Sr. presidente pela ordem, para encaminhamento de votação,

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, o voto da bancada do Partido dos Trabalhadores é pela aprovação da admissibilidade dessas medidas provisórias, ressalvando o direito de fazer, através de emendas, os ajustes possíveis e que o governo permitir, dentro dos próximos 60 dias.

Então, precisamos da ajuda das categorias para convencer o governo a aceitar emendas, a fim de diminuir o imbróglio o máximo possível. Contem conosco nesse sentido.

Obrigado, sr. presidente.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, a bancada do PMDB vota "sim".

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, com o compromisso já assumido com todos para corrigir qualquer equívoco durante os próximos 60 dias, o PSDB também vota "sim".

O Sr. Deputado Cesar Souza Júnior - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Cesar Souza Júnior.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Sr. presidente e srs. deputados, a bancada do Democratas encaminha o voto "sim", aguardando ainda a edição e o envio da medida provisória que vai regular a situação dos servidores de nível médio da secretaria da Saúde, cujo pleito é justo.

Então, votamos "sim", consignando e aguardando a edição dessa medida provisória que vai regularizar uma situação muito importante,

mas lamentando e protestando também, srs. deputados, que muitas categorias não tenham tido os seus pleitos atendidos. Nós precisamos pensar adiante com mais cuidado, numa política pública para tratar o servidor com mais isonomia e de maneira mais igualitária, pensando menos em projetos pontuais, que acabam colocando o governo, os servidores e esta Casa numa posição muitas vezes difícil, incômoda.

O Sr. Deputado Lício Mauro da Silveira - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Lício Mauro da Silveira.

A bancada do Partido Progressista encaminha também pela aprovação dessas medidas provisórias, até porque aprendi uma coisa nova esta tarde. Segundo o caro líder do governo, há possibilidade de fazer correção nas medidas provisórias. Então, devem chegar mais umas 11 medidas provisórias corrigidas aqui e é uma oportunidade para vocês também corrigirem, através de outras MPs, as distorções em relação às demais categorias de funcionários públicos.

De qualquer forma, o PP vota "sim".

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, pela ordem, para declaração de voto, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, quero registrar o meu voto pela admissibilidade das matérias, mas quero que fique registrada aqui também a minha rejeição à Medida Provisória n. 0169/2010, que prevê uma gratificação de R\$ 2 mil para os oficiais, tanto da Polícia Militar quanto do Corpo de Bombeiros Militar, e de apenas R\$ 250,00 para os praças.

Eu acho que isso é um absurdo, uma discrepância sem precedentes e quero que fique registrada a minha indignação em relação a essa situação. Vou pensar, inclusive, numa maneira de alterar essa discrepância. Provavelmente vou votar contra essa medida provisória lá na frente, se ela não for modificada. Temos 60 dias para analisar e se continuar como está, eu me retirarei do plenário em protesto contra essa discrepância tão grande entre os oficiais e os praças, que estão dando a cara para bater na rua para nos defender.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Fica registrado o voto do deputado Nilson Gonçalves, mas solicitamos que se mantenha no plenário durante a votação.

A Sra. Deputada Professora Odete de Jesus - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, a sra. deputada Professora Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Em nome da bancada do Partido Republicano Brasileiro, voto pela admissibilidade das matérias, pois teremos um prazo de dois meses para discutir e elaborar emendas, aguardando a MP da Saúde e do plano de carreira dos bombeiros militares do estado de Santa Catarina.

Muito obrigada, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Tendo em vista a posição de todos os líderes partidários, entendemos pela admissibilidade das 11 medidas provisórias, mas ressaltamos a solicitação da bancada governista sobre a urgência da edição publicação no Diário Oficial do Estado, até segunda-feira próxima vindoura, da medida provisória da Saúde, pois

caso contrário não terá validade devido ao prazo eleitoral.

Em votação.

Os srs. deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovadas por unanimidade, com as ressalvas dos deputados Nilson Gonçalves e Sargento Amauri Soares.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, quero registrar também o voto de ressalva com relação a essa medida provisória.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Está feito o registro do deputado Dirceu Dresch.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0073/2010, que altera o anexo único da Lei n. 14.962, de 2009, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de empréstimo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - Bird -, destinado à implantação do Programa Santa Catarina Rural - Microbacias III, e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, sr. presidente, para discutir!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, quero reforçar a importância desse projeto para Santa Catarina, um projeto que já vem de muitos anos, que é sempre renovado, sendo feitos reempréstimos para investimentos importantes na área da agricultura familiar e também na área da infraestrutura. Esses recursos permitem a implantação de acesso asfáltico aos nossos municípios, além daqueles recursos advindos da Cide, Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico.

Então, acho que é um projeto importante e quero ressaltar que os recursos devem ser bem aplicados para contribuir com o desenvolvimento do nosso estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Peço a palavra, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra o sr. deputado Marcos Vieira, para discutir.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, esse é um projeto de lei extremamente importante para Santa Catarina, para o nosso agricultor, especialmente para o nosso pequeno agricultor, pois se trata, sem dúvida alguma, de um dos mais importantes programas de preservação ambiental de todo o Brasil.

Mas quero falar, sobretudo, que o Microbacias III vem corroborar com o Código Ambiental que esta Casa aprovou no ano passado, após o eminente deputado Romildo Titon ter feito um trabalho incansável, durante um ano, para chegar a um bom termo, compatibilizando os interesses daqueles que desejavam a preservação do meio ambiente com a área produtiva.

Assim sendo, o Microbacias III veio em boa hora, sim, pois junto com o Código Ambiental de Santa Catarina, não tenho a menor dúvida, permitirá um grande avanço para o nosso estado.

Mas quero fazer referência ao deputado

Dirceu Dresch, no que diz respeito à implementação de infraestrutura com recursos da Cide.

Eu já falei com o deputado Dirceu Dresch e com o deputado Décio Góes no sentido de fazermos um pedido de informação nesta Casa, a ser encaminhado ao governo do estado e ao governo federal, para sabermos efetivamente o valor dos recursos da Cide que o governo federal enviou para Santa Catarina, estado que contribui decisivamente para a arrecadação de impostos federais.

Quero ainda dizer que estou disposto a assinar esse pedido de informações ao governo federal e ao governo do estado.

Muito obrigado e sou favorável, sim, ao Microbacias III!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, é lei complementar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - É lei ordinária, deputado, a votação não precisa ser nominal.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0091/2010, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, que define critérios para assegurar a vantagem pessoal nominalmente identificável aos servidores do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peço a palavra, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, eu tive oportunidade de relatar essa matéria e agradeço ao deputado Romildo Titon por ter-me designado como relator. Foi muito oportuno, muito bom ter voltado a discuti-la porque fizemos, ao longo do ano passado, uma ampla discussão sobre essa matéria.

Existe um grupo de servidores no Judiciário injustiçados por conta da não-aprovação até aqui dessa legislação. É preciso dizer que no ano passado as coisas estavam bem encaminhadas, depois de uma discussão ampla em todas as comissões, quando o então presidente daquele órgão, desembargador Milton Varela Dutra, em função da preocupação com a crise que se desenhava muito maior do que foi, graças a Deus, por precaução, até em função das medidas de contenção e de prevenção que adotara, pediu a retirada do projeto depois que a sua discussão já estava concluída, faltando somente vir à votação. A matéria voltou no tempo oportuno e tem que ser votada porque também depende da legislação eleitoral. Portanto, deve ser publicada até a próxima segunda-feira.

O PL n. 0091/2010 não é um trem da alegria, nem contém qualquer benefício questionável, do ponto de vista legal ou moral,

para o servidor. O servidor do Judiciário, que exerceu por 15 anos um cargo comissionado, tem o direito, depois de tanto tempo, deputado Sílvio Dreveck, de incorporar essa gratificação na sua remuneração, na aposentadoria, porque isso faz parte da sua renda.

A agregação é feita a partir do quinto ano, ao índice de 10% ao ano, e nós estaremos, com a aprovação dessa matéria, fazendo justiça a um grande grupo de servidores do Judiciário que se dedicou ao longo de suas carreiras, cumprindo com o seu papel de forma exemplar.

Então, ficarei muito satisfeito se nesta data final conseguirmos dar uma resposta positiva àqueles servidores, pois, afinal de contas, o Judiciário é um poder autônomo, independente, tem recursos para isso, tem previsão orçamentária e financeira. Portanto, não estamos votando nenhuma matéria irresponsável, ilegal ou imoral. Pelo contrário, estamos fazendo justiça a dedicados e exemplares servidores, que trilharam um caminho ao longo de mais de um ano, mas que graças a Deus vão poder passar uma Páscoa mais tranquila, porque tenho certeza de que esta Casa vai dizer "sim" e fazer justiça ao servidor do nosso Poder Judiciário.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra o sr. deputado Marcos Vieira, para discutir.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, eu quero corroborar com as palavras do eminente deputado Joares Ponticelli e também dizer que a bancada do PSDB vota favoravelmente, posto que esse projeto teve a sua tramitação finalizada nesta Casa no ano passado, mas que por uma circunstância toda especial, já explicitada pelo eminente presidente do PP, foi retirado de pauta, retornando agora a esta Casa. Mas ele veio, sobretudo, para beneficiar o servidor do Tribunal de Justiça que há muitos anos está esperando pela feita e aprovação dessa lei.

Então, quero dizer a v.exa., deputado Joares Ponticelli, que foi o relator, que a matéria receberá o voto favorável de toda a bancada do PSDB. E eu quero crer que esta Casa, no sentido de dar uma prova de estima ao servidor público, haverá de aprovar por unanimidade também essa lei que beneficiará os servidores do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Cesar Souza Júnior - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, para discutir, o sr. deputado Cesar Souza Júnior.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Eu quero somente dizer, sr. presidente, que a bancada do Democratas encaminha voto favorável a essa matéria, pois, com o perdão do trocadilho, faz-se justiça neste dia, nesta Casa.

Nós já estávamos prontos para aprovar essa medida no ano passado. Agora ela retorna, e tenho certeza de que vai contribuir para a valorização daqueles que são responsáveis pela mais difícil tarefa humana, que é a de promover justiça.

Então, esta Casa faz esse reconhecimento nesta data, sabendo que ainda há um longo caminho a percorrer para atender a outras demandas que são igualmente importantes. Mas o servidor motivado é aquele com mais capacidade de fazer justiça àqueles que no dia-a-

dia ocorrem ao Poder Judiciário para conquistá-la.

Parabéns a todos e certamente esta Casa deve aprovar por unanimidade este projeto.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, para discutir, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, no ano passado, nesta Casa, esse projeto tramitou primeiramente na comissão de Constituição e Justiça, posteriormente na comissão de Finanças e Tributação e depois na comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público. Foram mais de seis meses de trabalho, de luta, mas depois houve alguns equívocos e acabou sendo retirado.

O presente projeto de lei é o mesmo que aqui esteve e simplesmente reconhece um direito daqueles que trabalham além do limite para agilizar a tramitação de tantos processos que estão pendurados, a fim de que a sociedade catarinense receba com mais rapidez a justiça que é distribuída pelo Poder Judiciário.

Como esses trabalhadores prestam relevantes serviços, houve esse reconhecimento e a nossa bancada vai votar, com certeza, favoravelmente. E esperamos que todos os parlamentares assim votem.

Eu quero parabenizar o deputado Joares Ponticelli, que em todos os momentos esteve à frente desse projeto, e parabenizar também os servidores do Judiciário, que voltarão ao trabalho tranquilos, colhendo os frutos do seu esforço e prestando relevantes serviços ao povo catarinenses.

Parabéns a todos os funcionários!

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Continua em discussão.

A Sra. Deputada Professora Odete de Jesus - Peço a palavra, sr. presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra a sra. deputada Professora Odete de Jesus, para discutir.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, funcionários reconhecidos em seus direitos, na sua remuneração, claro que não tanto quanto merecem, mas que acabam de sair daqui mais tranquilos. Eles têm família para sustentar e são pessoas que se debruçam sobre o seu trabalho, esmerando-se e dando respostas positivas à sociedade catarinense.

Nós analisamos o PL n. 0091/2010 na comissão de Finanças e Tributação, houve uma solicitação por parte do Tribunal de Justiça que o segurássemos, mas estivemos sempre atentos para aprová-lo no momento oportuno.

Eu acho que vocês merecem e em nome da minha bancada, a bancada do Partido Republicano Brasileiro, o partido do número 10, eu voto favoravelmente a esse projeto.

Parabéns a todos!

Muito obrigada!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - Peço a palavra, sr. presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, para discutir, o sr. deputado Rogério Mendonça.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Em nome da bancada do PMDB quero fazer o encaminhamento do voto, até porque o nosso líder, deputado Antônio Aguiar, teve que se ausentar e pediu-me que, na condição de vice-líder, o fizesse.

Hoje recebi alguns representantes da classe no meu gabinete e disse-lhes que o Judiciário tem orçamento próprio e que o presidente do Tribunal de Justiça está trabalhando com responsabilidade e sabe o que está fazendo.

Portanto, esse percentual e esse valor que está sendo repassado a esses funcionários, com certeza o Tribunal de Justiça tem condições de comportar no seu orçamento.

Por isso, o voto da nossa bancada é "sim" a esse projeto, como foi dito, por justiça a essa categoria.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Décio Góes - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra o sr. deputado Décio Góes, para discutir.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, este projeto traz um problema referente ao Judiciário, mas que é um problema que acontece também nos outros poderes.

No ano passado este projeto, no nosso entender, não ficou bem discutido, bem amadurecido. Nós entendemos que quando ele foi retirado era para que fosse feita uma nova proposta, mas voltou a mesma. Achamos, inclusive, que não há pressa para votá-lo, porque independe da questão eleitoral. Poderia ter ocorrido, portanto, um processo de discussão mais amplo.

A nossa bancada não concorda com a forma como ele está sendo colocado, mas não obstruirá, não pedirá vistas, em função de que já havia um ambiente favorável para a sua aprovação. Mas entende que ele abre um precedente que teremos que discutir com os demais poderes para achar uma solução.

Então, para agir de forma responsável, coerente e prudente, vamos votar contra, porque entendemos que a matéria ainda não está amadurecida para ser aprovada.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por maioria.

(Palmas das galerias)

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0006/2010, de procedência do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, que reposiciona e cria cargos, altera denominação de categorias funcionais no quadro de pessoal do Poder Judiciário e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, há deputados nos assistindo e quero dizer que as próximas votações se referem a duas leis complementares, para as quais precisamos de quórum qualificado, ou seja, 21 votos. É preciso, pois, que esses parlamentares que nos estão acompanhando nos gabinetes venham até aqui rapidamente.

E para aqueles deputados que não participaram das comissões, devo dizer que é outro projeto quer faz justiça ao assistente do juiz de primeiro grau. O assistente de juiz de primeiro grau, embora desempenhe as mesmas funções do assistente do desembargador e do juiz de segundo grau, percebe menos. Portanto, é uma questão de justiça, de isonomia, porque o assistente do juiz de primeiro grau também é um servidor qualificado que trabalha e dedica-se e que tem direito à mesma remuneração.

No art. 2º criam-se mais 50 vagas de assistentes porque temos 50 juizes de primeiro grau que ainda estão sem assistente.

Por isso, srs. deputados, pedimos o voto favorável.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sr. presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira, para uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, enquanto os deputados discutem o projeto, solicito que v.exa. peça a abertura do painel eletrônico para que os deputados possam exercer o seu direito de voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Determino a abertura do painel eletrônico.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente, para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves, para declaração de voto.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, em relação a essa votação, é lógico que eu vou votar "sim" e quero dizer que se discute muito certas coisas, mas a verdade é que não estamos alterando aqui coeficiente nenhum. O dinheiro que vai para a Judiciário é o mesmo. Então, o critério que o Judiciário está utilizando é um critério que aquele poder tem e com muito mais conhecimento do que nós. Não se está onerando o estado em nada, apenas a divisão do bolo que vai para o Judiciário é que está sendo feita de maneira coerente, conforme o TJSC acha que deve ser.

Por isso, não vejo por que votar contra!

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Cesar Souza Júnior - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Cesar Souza Júnior.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Sr. presidente, desejo fazer um registro importante para Santa Catarina, pois acabou de ser aprovada, na Câmara dos Deputados, uma Mega Sena especial destinada às vítimas das enchentes deste estado. Trata-se de um projeto de autoria do senador Raimundo Colombo, tendo sido relator da matéria o deputado Paulinho Bornhausen.

Como disse, trata-se de uma Mega Sena especial para atender às vítimas das enchentes de Santa Catarina e a distribuição é a seguinte: prêmio bruto, 44,02% da arrecadação; remuneração dos lotéricos, 8,68%; governo de Santa Catarina, 47,37% da extração a ser realizada em data oportuna.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Tomara que esse recurso, deputado Jailson Lima, vá para as pessoas que ainda continuam em abrigos em Santa Catarina, porque o governo do estado e algumas prefeituras não construíram as casas necessárias. Que esse dinheiro, então, sirva para atender a essa gente que ainda não foi tranquilizada nos seus lares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Srs. deputados, estamos em votação e gostaríamos que déssemos continuidade ao processo.

A Sra. Deputada Professora Odete de Jesus - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Professora Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, quero apenas endossar as palavras da minha colega, deputada Ana Paula Lima. Espero que os recursos cheguem aos destinatários, aos necessitados, e não às mãos de bandidos, ladrões, que encostam seus automóveis e enchem de biscoito, de jaquetas importadas, de tudo que podem e levam para as suas casas.

Então, esse é um desabafo que eu tenho que fazer para o estado todo saber que pessoas mal intencionadas tiraram comida da boca dos pobres, sr. presidente. O que a deputada Ana Paula Lima falou é verdadeiro!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Deputada Professora Odete de Jesus, ficam registradas as suas considerações.

Em votação.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA	
DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	sim
DEPUTADO DADO CHEREM	
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADO DÉCIO GÓES	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO GELSON MERÍSIO	
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	abstenção
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGINHO MELLO	
DEPUTADO JOSÉ NATAL	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO OZAIR POLACO	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADO PEDRO UCZAI	
DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS	sim
DEPUTADO RENATO HINNIG	
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim

Está encerrada a votação.

Temos 25 votos "sim", nenhum voto "não" e uma abstenção.

Está aprovada a matéria.

A Sra. Deputada Professora Odete de Jesus - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Professora Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, é um orgulho tê-lo presidindo esta sessão.

Eu quero fazer um registro e gostaria que o deputado Joares Ponticelli me ouvisse, se estiver no plenário. Quero agradecer a esse grande líder, que aprovou uma solicitação desta deputada. O projeto Se Liga 16 foi para a apreciação da presidência da Escola do Legislativo, sob o comando desse brilhante líder, deputado Joares Ponticelli, que acatou o posicionamento desta deputada.

Então, vamos realizar uma grande reunião no dia 6 de abril, das 9h às 12h, no Auditório Antonieta de Barros, para orientarmos os jovens que completarão...

(Manifestação interrompida por término do tempo regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - V.Exa. dispõe de mais 30 segundos para concluir seu raciocínio, deputada Professora Odete de Jesus. Estamos na Ordem do Dia e ainda temos o segundo turno e a votação da redação final dos dois PLCs.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Muito obrigada! Isso é para que os jovens de 16 anos possam votar e participar das próximas eleições. Depois o deputado Joares Ponticelli vai falar mais sobre isso!

Muito obrigada, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0020/2010, de procedência do Tribunal de Justiça do estado, que transforma cargos no quadro de pessoal do Poder Judiciário e adota outras providências (categoria funcional oficial da infância e da juventude).

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra a deputada Ana Paula Lima, para discutir.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Antes de entrar no assunto, gostaria de registrar a presença nesta Casa da presidente da Associação dos Comissários da Infância e da Juventude de Santa Catarina, srta. Fabíola de Oliveira Rocha, acompanhada de outros comissários.

Quero dizer, sr. presidente, como presidente da comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher, que sou plenamente a favor deste projeto porque entendo que, passados 20 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, Santa Catarina se tornará referência dentro do Poder Judiciário, na garantia do cumprimento das ações de defesa da criança e do adolescente do nosso estado.

Dentre as atribuições desses comissários, que vão passar a ser oficiais de justiça, a que julgo mais importante é a defesa da nossa criança e do nosso adolescente, juntamente com o trabalho de cunho educativo.

Por isso, sr. presidente, tenho certeza de que este Plenário aprovará, por unanimidade, esse pleito tão necessário para se fazer justiça a esses comissários que vão atuar como oficiais de justiça, dando uma maior qualidade ao atendimento de crianças e adolescentes catarinenses, sempre na defesa intransigente do Estatuto da Criança e do Adolescente e da nossa sociedade.

Muito obrigada, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam o projeto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA	
DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	sim
DEPUTADO DADO CHEREM	
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADO DÉCIO GÓES	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO GELSON MERÍSIO	
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGINHO MELLO	
DEPUTADO JOSÉ NATAL	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO OZAIR POLACO	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADO PEDRO UCZAI	
DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS	sim
DEPUTADO RENATO HINNIG	
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim

Está encerrada a votação.

Temos 25 votos "sim" nenhum voto "não" e nenhuma abstenção.

Está aprovada a matéria em primeiro turno.

O Sr. Deputado Edison Andrino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Edison Andrino.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Quero cumprimentar os servidores do Judiciário, porque é uma matéria que interessa e é de justiça e quero aproveitar a oportunidade também para fazer um apelo ao líder do PSDB, ao prestígio do deputado Marcos Vieira e também ao deputado Elizeu Mattos, do meu partido, para que não esqueçam de, na nova medida provisória, contemplar também os funcionários das SDRs, que foram injustiçados nesse processo. Como o mote deste governo é a descentralização, não podemos esquecer dos funcionários que trabalham nas secretarias em todo o interior do estado de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, para hoje, às 16h53.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 005ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 31 DE MARÇO DE 2010 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERÍSIO

Às 16h53, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Adherbal Deba Cabral - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Cesar Souza Júnior - Dado Chereim - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Genésio Goulart - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Joares Ponticelli - José Natal - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Marcos Vieira - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Ozair Polaco - Professora Odete de Jesus - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

De acordo com os líderes, não há a necessidade de discussão das matérias.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei Complementar n. 0006/2010, de procedência do Tribunal de Justiça do estado, que reposiciona e cria cargos, altera denominação de categorias funcionais no quadro de pessoal do Poder Judiciário e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA	
DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	sim
DEPUTADO DADO CHEREIM	
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADO DÉCIO GÓES	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim

DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim	votarem "não" rejeitam-na.	
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim	(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)	
DEPUTADO GELSON MERÍSIO		DEPUTADA ADA DE LUCA	
DEPUTADO GENÉSIO GOULART		DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim	DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim	DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN		DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim	DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	sim
DEPUTADO JORGINHO MELLO		DEPUTADO DADO CHEREIM	
DEPUTADO JOSÉ NATAL	sim	DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES		DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA	sim	DEPUTADO DÉCIO GÓES	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim	DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim	DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA		DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO		DEPUTADO GELSON MERÍSIO	
DEPUTADO NILSON GONÇALVES		DEPUTADO GENÉSIO GOULART	

DEPUTADO OZAIR POLACO	sim	DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA		DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO PEDRO UCZAI		DEPUTADO JEAN KUHLMANN	
DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS	sim	DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO RENATO HINNIG		DEPUTADO JORGINHO MELLO	
DEPUTADO RENO CARAMORI		DEPUTADO JOSÉ NATAL	sim
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	sim	DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim	DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim	DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim	DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim	DEPUTADO MOACIR SOPELSA	
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim	DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NILSON GONÇALVES		DEPUTADO NILSON GONÇALVES	

Está encerrada a votação.

Temos 26 votos "sim" e nenhum "não".

Está aprovada a matéria em segundo turno.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0020/2010, de procedência do Tribunal de Justiça do estado, que transforma cargos no quadro de pessoal do Poder Judiciário e adota outras providências (categoria funcional Oficial da Infância e Juventude).

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que

DEPUTADO OZAIR POLACO sim |

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA |

DEPUTADO PEDRO UCZAI |

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS sim |

DEPUTADO RENATO HINNIG |

DEPUTADO RENO CARAMORI |

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA sim |

DEPUTADO ROMILDO TITON sim |

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES sim |

DEPUTADO SERAFIM VENZON sim |

DEPUTADO SILVIO DREVECK sim |

DEPUTADO VALMIR COMIN sim |

Está encerrada a votação.

Temos 25 votos "sim" e nenhum voto "não".

Está aprovada a matéria em segundo turno.

Está Presidência encerra a presente sessão, convocando outra, extraordinária, para hoje, às 16h55, para a aprovação em bloco da redação final das matérias.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 006ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 31 DE MARÇO DE 2010 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERÍSIO

Às 16h55, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Adherbal Deba Cabral - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chioldini - Cesar Souza Júnior - Dado Cherem - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Genésio Goulart - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Joares Ponticelli - José Natal - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Marcos Vieira - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Ozair Polaco - Professora Odete de Jesus - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Ordem do Dia

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Encaminha o voto contra da bancada do PT à redação final do PL 0091/2010.

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS (pela ordem) - Solicita que seja procedida à leitura da Indicação n. 0172/2010, de sua autoria.

DEPUTADO JOSÉ NATAL - Solicita permissão para assinar a Indicação n. 0172/2010, de autoria da deputada Professora Odete de Jesus.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA (pela ordem) - Lamenta a saída do deputado José Natal.

Explicação Pessoal

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Refere-se ao III Congresso da Fetrat/Sul; fala da assembleia da Cooperativa de Eletrificação Rural e Desenvolvimento do Vale do Araçá e da Cresol Pinhalzinho; manifesta satisfação pela suspensão dos efeitos da Resolução n. 281/2008, do Contran; comemora o funcionamento da UFFS

DEPUTADO DÉCIO GÓES (aparte) - Enaltece a ação do governo Lula na área da educação.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (pela ordem) - Lê nota do PT sobre a posse de João Carlos Nogueira na Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (pela ordem) - Agradece as manifestações carinhosas dos colegas.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (pela ordem) - Registra seus agradecimentos aos parlamentares e servidores da Alesc.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Discorre sobre a implementação da lei do *bullying* em SC; ressalta a reativação do programa *Brasil em Debate*.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Tece comentários sobre o lançamento do PAC 2.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA (pela ordem) - Registra a presença do prefeito Alcides Bof, de Calmon.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

Consulto os srs. líderes se podemos votar em bloco as matérias.

(As lideranças aquiescem.)

Com a concordância dos líderes, assim procederemos.

Votação das redações finais dos

Projetos de Lei n.s: 0073/2010 e 0091/2010.

Não há emendas às redações finais.

Em votação.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, queremos registrar que com relação ao Projeto de Lei n. 0091/2010 a nossa bancada vota contra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Fica registrado o voto contrário da bancada do PT.

Em votação.

Os srs. deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovadas.

Votação das redações finais dos Projetos de Lei Complementar n.s: 0006/2010 e 0020/2010.

Não há emendas às redações finais.

Em votação.

Os srs. deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovadas.

Esta Presidência comunica que serão enviadas aos destinatários as indicações n.s: 0160/2010, 0161/2010, 0162/2010, 0163/2010, de autoria do deputado Dagomar Carneiro; 0164/2010 e 0165/2010, de autoria da comissão de Segurança Pública; 0166/2010, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0167/2010, de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral; 0168/2010, de autoria do deputado Joares Ponticelli; 0169/2010, 0170/2010 e 0171/2010, de autoria do deputado Rogério Mendonça; e 0172/2010, de autoria da deputada Professora Odete de Jesus, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

A Sra. Deputada Professora Odete de Jesus - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Professora Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, peço que v.exa. faça a leitura dessa minha indicação para que fique registrada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - (Passa a ler.)

"A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, acolhendo proposição da deputada Professora Odete de Jesus, solicita a v.exa. a renovação do contrato de locação da aeronave Helicóptero Arcanjo 01, vinculada ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado - Batalhão de Operações Aéreas Guardiões da Vida, para dar continuidade aos relevantes serviços em atendimento emergenciais prestados pelos Guardiões da Vida, atendendo, assim, aos anseios da sociedade catarinense." [sic]

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Muito obrigada, sr. presidente!

O Sr. Deputado José Natal - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, quero parabenizar a deputada, pois enquanto essa aeronave esteve à disposição da sociedade de Santa Catarina para prestar socorro salvou muitas vidas. Com certeza o governo investe recursos em tantas outras áreas, mas essa é uma ação prioritária, que deve ter continuidade.

Por isso, solidarizo-me com a deputada e solicito permissão para assinar essa indicação.

Parabéns, deputada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a anuência da deputada Professora Odete de Jesus, o deputado José Natal também assina a Indicação n. 0172/2010.

A Presidência comunica ainda que defere os Requerimentos n.s: 0355/2010, de autoria do deputado Dagomar Carneiro; 0357/2010, de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral; 0358/2010 e 0359/2010, de autoria da deputada Professora Odete de Jesus; 0360/2010, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0361/2010, 0362/2010, 0363/2010, 0364/2010, 0365/2010, 0366/2010, 0367/2010, 0368/2010, 0369/2010, 0370/2010, 0371/2010, 0372/2010, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0373/2010, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0375/2010, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0376/2010, de autoria do deputado Joares Ponticelli; 0377/2010, de autoria do deputado Lício Mauro da Silveira, e 0378/2010, de autoria do deputado Edison Andrino.

Requerimento de n. 0356/2010, de autoria do deputado Dagomar Carneiro, que solicita o envio de mensagem telegráfica à superintendência dos Correios em Santa Catarina, pedindo a ampliação do serviço de entrega de correspondências, no município de Bombinhas, para os bairros Canto Grande e Mariscal.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0374/2010, de autoria do deputado Darci de Matos, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao ministro das Comunicações e ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional, pedindo a concessão para funcionamento de rádio comunitária para a localidade da Pinheira, no município de Palhoça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, quero fazer uma referência especial ao deputado José Natal, que nos deixa a partir de hoje. Foi bom tê-lo como deputado por três anos nesta Casa, pois foi um parlamentar combativo e que trabalhou muito em favor da sociedade catarinense.

Faço este registro em nome da bancada do PSDB, deputado José Natal, sobre o quanto v.exa. contribuiu para o engrandecimento não só da nossa bancada, mas sobretudo para o engrandecimento do Parlamento catarinense. Assim, deixo aqui registrada a afeição que o PSDB tem por v.exa.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Está feito o registro, deputado Marcos Vieira.

Pedido de Informação n. 0050/2010, de autoria da comissão de Segurança Pública, a ser enviado ao governador do estado e ao secretário de Segurança Pública e Defesa do Cidadão e ao secretário executivo de Justiça e Cidadania, solicitando esclarecimentos sobre o número e sobre quais as obras de construção e reformas previstas para a Penitenciária Agrícola de Chapecó, bem como o cronograma de execução das referidas obras.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o sr. deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente e srs. deputados, quero cumprimentar os deputados que estão saindo, José Natal, Carlos Chiodini e Adherbal Deba Cabral, pelo trabalho realizado nesse período em que estiveram conosco.

Quero também registrar o grande congresso realizado pela Fetraf/Sul, em Erechim, no Rio Grande do Sul, na quarta-feira, quinta-feira e sexta-feira da semana passada, ocasião em que ocorreram grandes debates. Foi um congresso extremamente animado, que contou com a presença de 1.330 delegados e delegadas das comunidades dos três estados do sul, que fizeram uma grande discussão. Além disso, grandes encaminhamentos foram feitos nesse III Congresso da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar, bem como a escolha da nova direção da Cooperativa da Habitação da Agricultura Familiar, uma entidade que vem organizando a questão habitacional rural no sul do país e que agora já está presente em 13 estados da federação. Então, um grande trabalho vem sendo realizado.

Queremos parabenizar Celso Ricardo Ludwig, que saiu da coordenação da cooperativa e vai assumir a coordenação geral

da Fetraf/Sul, assim como Liane Vitali Kothe, que vai assumir a direção da Cooperativa de Habitação da Agricultura Familiar, a Cooperhaf.

Gostaria de parabenizar todos os sindicalistas e a direção da Fetraf/Sul. Vai haver eleição direta e todos os associados vão poder votar. Cerca de 40 mil associados vão eleger a nova direção da Fetraf/Sul no próximo mês de abril, para um período de três anos.

Quero fazer o registro também de que participamos, ontem, da assembleia da Cooperativa de Eletrificação Rural e Desenvolvimento do Vale do Araçá, no município de Saudades, que atua em toda a região. Foi realizada uma grande assembleia. Parabenizo também a Cresol Pinhalzinho pela realização da sua assembleia no dia de ontem.

Um grande debate acontecendo na agricultura familiar, as organizações estão-se fortalecendo. Há pouco aprovamos, na comissão de Agricultura, a realização de uma audiência pública sobre a polêmica documentação das máquinas agrícolas.

Foi publicada no Diário Oficial de ontem a decisão do Contran - Conselho Nacional de Trânsito -, de suspender por tempo indeterminado a Resolução n. 281/2008, que estabelece os critérios para registro e emplacamento de tratores e máquinas agrícolas. Essa decisão foi comemorada por todas as lideranças do meio rural, porque há uma preocupação muito grande nesse sentido. A Deliberação n. 93 do Contran foi publicada no Diário Oficial da União de segunda-feira, dia 29.

Nós já nos pronunciamos desta tribuna sobre esse tema, em função da grande preocupação que havia entre os produtores rurais. Diante da suspensão dos efeitos da Resolução n. 281/2008, vamos avaliar se ainda vamos realizar essa audiência pública. Vamos aprofundar todas as informações que saíram nessa resolução do Contran de suspender a Resolução n. 281 para ver se é necessária ou não a realização dessa audiência pública. De qualquer forma, foi importante o movimento, a mobilização para que o Conselho Nacional de Trânsito suspendesse, por enquanto ao menos, essa resolução.

Outro fato muito importante ocorrido na última segunda-feira foi a aula inaugural da Universidade Federal da Fronteira Sul, que acompanhamos lá no município de Chapecó. Mais de 600 alunos começaram suas aulas naquela cidade oestina, na última segunda-feira. Contando os outros dois *campi*, mais de dois mil alunos estão realizando o sonho de estudar numa escola pública, gratuita e, diga-se de passagem, de qualidade, porque a UFFS vai primar muito pela qualidade.

Então, deputado Décio Góes, foi uma alegria bastante grande ver aqueles jovens com lágrimas nos olhos. Os pais que lá estiveram deram o depoimento de que seus filhos não teriam condições de fazer uma faculdade, ou seja, de cursar o ensino superior se não fosse a UFFS.

Estou muito feliz em ter contribuído para que isso se tornasse realidade, pois há mais de sete anos levantamos essa bandeira. O que na época era um sonho, agora é uma realidade. Em cinco anos a perspectiva é de chegar a mais de 10 mil alunos, e o importante é que quase 93% desses jovens vêm da escola pública. Isso é fundamental! Cerca de 60% são jovens que ganham menos de três salários mínimos. Os dados da Universidade Federal da Fronteira Sul de fato surpreendem, porque a grande maioria dos alunos advém de famílias que é a primeira vez que encaminham um dos seus membros ao ensino superior. Então, é muito gratificante.

Foi uma luta fundamental para a região, um grande investimento do governo federal, do presidente Lula, que não teve oportunidade de cursar o ensino superior, de fazer uma faculdade, mas que agora vê a importância de investir na educação. Foi o presidente que mais criou universidades na história do Brasil! Já são 14 universidades, e deve criar mais duas. E é isto que a Oposição chama de inchar a máquina, contratar professores, abrir escolas, melhorar a Previdência Social, melhorar os bancos públicos para poder atender à população.

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

O Sr. Deputado Décio Góes - Gostaria de, rapidamente, parabenizá-lo pelo seu depoimento e dizer que é dessa forma que o presidente Lula, em oito anos, vai fazer o que os outros fizeram em 200 anos. Há 200 anos existe o ensino superior no Brasil e o presidente Lula dobrou o número de vagas públicas no seu período de governo. Atitudes como a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul é que mudam a realidade da região, pois são muito mais importantes do que qualquer asfalto, do que qualquer outra obra. Essa é uma obra permanente, que dará frutos para todo o sempre.

Quero parabenizar a bancada estadual e a bancada federal do Partido dos Trabalhadores, principalmente, pois capitaneadas pelo deputado Cláudio Vignatti e pela senadora Ideli Salvatti fizeram uma corrente positiva para que obtivéssemos esse resultado.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Obrigado deputado Décio Góes, foi uma luta maravilhosa, um engajamento coletivo extraordinário das organizações da agricultura familiar, dos movimentos sociais, das lideranças, como v.exa. citou.

O projeto foi encabeçado pelo deputado federal Cláudio Vignatti, grande líder no Congresso Nacional, e no Senado foi relatado, em tempo recorde, pela nossa senadora Ideli Salvatti. Então, houve um esforço coletivo no sentido de realizar o grande sonho da nossa juventude e dos trabalhadores catarinenses de voltar a estudar numa escola pública e gratuita.

Deputado Joares Ponticelli, durante muito tempo o oeste perdeu muito conhecimento. As pessoas vinham para Florianópolis ou iam para o Rio Grande do Sul e para o Paraná e não voltavam mais para a região. Com isso perdíamos muito conhecimento. A partir de agora isso vai mudar, vamos ter professores capacitados na região, vamos fazer pesquisa, vamos fazer extensão, vamos poder trabalhar em prol do desenvolvimento regional.

Além disso, estamos ampliando também as escolas técnicas federais. Estivemos, há poucos dias, com os prefeitos de Pinhalzinho, Sul Brasil e Nova Erechim discutindo a necessidade dos cursos naquela região. Com certeza, logo, logo teremos algumas dezenas ou centenas de cursos no estado, com novos polos do IF/SC em toda a região.

Então, de fato está de parabéns o governo do presidente Lula, as lideranças, as organizações por toda a grande mobilização efetivada em Santa Catarina, que culminou com a instalação da UFFS.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Décio Góes - Peço a palavra, sr. presidente, pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, gostaria de ler uma manifestação do PT de Florianópolis, que a bancada estadual também subscreve.

(Passa a ler.)

"Salve, Nogueira!

É com o misto de orgulho e júbilo que o PT de Florianópolis saúda a posse realizada no dia de hoje em Brasília, de João Carlos Nogueira para o cargo de Secretário Executivo da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - Seppir. Nogueira é militante histórico do nosso partido em Florianópolis.

Professor, sociólogo, atuou na defesa dos trabalhadores(as), no movimento sindical e destacou-se como lutador e referência nacional na luta pela superação das desigualdades raciais no nosso país e no combate ao racismo. Foi um dos fundadores do NEN - Núcleo de Estudos Negros -, integrante da Conen - Coordenação Nacional de Entidades Negras - consultor do PNUD/ONU e membro permanente do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES).

A Seppir tem *status* de ministério e a função que o companheiro Nogueira ocupará equivale ao posto de vice-ministro.

Ao companheiro Nogueira e a todos(as) que se irmanam na luta antirracista, nossos parabéns!

Executiva Municipal do PT de Florianópolis"[sic]

Então, ao companheiro Nogueira e a todos os que se irmanam na luta antirracista os nossos parabéns e com muita alegria temos um vice-ministro que se junta ao ministro Altemir Gregolin na representação de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Além do ministro Altemir Gregolin, temos também o ministro Márcio Zimmermann, de Minas e Energia, que é catarinense.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, eu tive a oportunidade de fazer a minha despedida desta Casa no dia de ontem. Mas hoje, como ainda participei das votações, quero apenas adicionar ao meu depoimento o carinho, a acolhida e a deferência com que os deputados fizeram menção ao nosso nome nesta caminhada de 15 meses.

Eu parto daqui com a convicção da velha tese de que na vida pública não é possível andar em dois extremos: a presunção e o pessimismo. A presunção de que chegando aqui é possível resolver todas as coisas e o pessimismo de que não se pode fazer nada. Acho que é possível e a prova desses 15 meses de caminhada são os projetos, os debates, enfim, a maturidade que conquistamos junto aos demais parlamentares desta Casa.

Muito obrigado aos meus 26 mil eleitores e a todos os colegas parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Os nossos parabéns, deputado Ismael dos Santos! Mais uma vez fica o nosso registro do empenho de v.exa e a forma responsável como se conduziu durante esses 15 meses, representando tão bem os seus 26 mil eleitores e todo o povo catarinense, que já ultrapassa os cinco milhões de habitantes.

O Sr. Deputado José Natal - Pela

ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, quero reiterar os meus agradecimentos às palavras de carinho que recebi dos nobres deputados.

Voltei porque ao sair do plenário encontrei com o Vadinho, uma figura fantástica que está sempre na portaria, uma pessoa com deficiência, com locomoção limitada, e que me fez chorar em função das palavras que me dirigiu.

Então, aos deputados, ao Vadinho e a tantos outros o meu agradecimento. Com certeza absoluta, fiz grandes amigos nesta Casa. Peço desculpas aos funcionários, às funcionárias por alguma brincadeira, mas tudo foi feito em prol da felicidade e do bem-estar de todos.

Muito obrigado, deputado Joares Ponticelli, v.exa. também me ajudou e contribuiu bastante. Quando eu queria saber alguma coisa, alguma informação para contribuir com Santa Catarina, muitas vezes me socorri com v.exa.

Muito obrigado, sr. presidente, pela sua benevolência e pela dos demais deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Joares Ponticelli, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Deputado José Natal, muito obrigado pela manifestação de v.exa., saúde, sucesso e boa empreitada. V.Exa. é um homem de bem, assim como o é o deputado Ismael dos Santos. Foi muito bom conviver com v.exas., com quem também aprendi. Desejo-lhes do fundo do meu coração muita sorte na caminhada, muita saúde, muita esperança e a minha torcida verdadeira e honesta para que v.exas. aqui estejam a partir de 2011. E, naturalmente, espero estar junto com v.exas. para continuar cumprindo a nossa missão em favor dos catarinenses.

Mas quero, sr. presidente e srs. deputados, já que passamos dois dias praticamente tratando quase que exclusivamente das questões importantes e necessários do funcionalismo público de Santa Catarina, relatar ainda os importantes eventos que realizamos, deputado Sargento Amauri Soares, no oeste catarinense, especificamente nas cidades de Chapecó e Xanxerê, na última segunda-feira, para tratar da questão do *bullying* escolar, onde reunimos, no centro de eventos de Chapecó, mais de 1.100 professores da rede municipal, representantes da rede estadual e da rede particular, que lá compareceram para participar do evento, para discutir essa preocupação que, graças a Deus, conseguimos colocar na pauta com o crescimento da violência e das suas causas.

O *bullying* escolar é um dos incipientes da violência e nós precisamos não só atacar a consequência, mas, acima de tudo, a causa, o nascedouro da violência, deputado Sargento Amauri Soares. E a prática do *bullying* escolar está produzindo resultados extremamente preocupantes, está crescente em nosso país e precisamos combatê-lo com muita eficiência.

A lei de nossa autoria, que foi aprovada nesta Assembleia, graças à ação firme do Ministério Público em coordenar a campanha de implementação está produzindo efeitos muito positivos.

Estamos recebendo na Escola do Legislativo muitas demandas, praticamente de todas as regiões do estado, de escolas e de

entidades que estão permanentemente solicitando a nossa presença, dos técnicos da escola, dos parceiros do Ministério Público e da dra. Cleo Fante, que, na minha opinião, é a maior estudiosa do fenômeno *bullying* no Brasil e tem estado permanentemente conosco.

Em Chapecó, na segunda-feira de manhã, e depois à tarde, em Xanxerê, quando reunimos quase 700 professores, de Xanxerê e da região da Amai, pudemos perceber que há uma preocupação crescente com aqueles que fazem educação, com os que cuidam do processo de ensino/aprendizagem. Este assunto precisa efetivamente ser colocado em pauta para discussão e para que se possa implementar esse programa estadual de combate ao *bullying*.

Estou muito satisfeito com os resultados, mas precisamos ampliar os esforços no sentido de reduzir e abolir essa prática tão nefasta para a educação, para as crianças e adolescentes de Santa Catarina.

V.Exas. devem ter acompanhado outro dia, em reportagem de uma grande emissora nacional de televisão, a notícia de que a filha do imperador do Japão, de apenas nove anos, deixou de frequentar a escola durante uma semana por ser vítima de *bullying*. Naquele país, deputados Marcos Vieira e José Natal, mais 80% das crianças são vítimas diariamente de *bullying*. Talvez isso justifique os altos índices de homicídio que o Japão tem em todas as faixas etárias, mas também na fase infantil, na adolescência e na juventude.

Nós estamos aqui com números assustadores, algo em torno de 50% das nossas crianças são envolvidas diariamente nas escolas com esse fenômeno. Não dá mais para fazer de conta que o problema não existe, não há escola imune, é na rede pública, é na rede particular. Precisamos combater essa prática e disseminar a cultura da paz nas nossas escolas, para que possamos construir uma sociedade menos violenta, mais justa e mais feliz.

Estou muito satisfeito, juntamente com toda a equipe da Escola do Legislativo, pelo trabalho que temos realizado. O presidente Gelson Merísio tem dado todas as condições para que a Escola do Legislativo possa atender a tantas demandas que chegam de todo o estado, na tentativa de fazer com que a lei entre em prática definitivamente, para que cada escola possa implantar a sua equipe multidisciplinar, identificar e combater essa prática tão nociva para o processo ensino/aprendizagem.

Quero anunciar também que, por determinação do presidente Gelson Merísio e da Mesa Diretora, o programa *O Brasil em Debate*, que foi implementado na gestão do presidente Julio Garcia, hoje conselheiro do Tribunal de Contas, foi reativado, agora com uma nova roupagem.

O presidente Gelson Merísio decidiu interiorizar as ações do *Brasil em Debate*. Neste primeiro semestre serão quatro grandes eventos. O primeiro será em Tubarão, quando faremos a abertura da nova etapa do programa no Centro de Convivência da Unisul, no próximo dia 14 de abril. O primeiro palestrante será o técnico da seleção brasileira de vôlei, o reconhecido desportista José Roberto Guimarães. Ele estará na Unisul e na próxima semana já estaremos abrindo as inscrições; o evento é totalmente gratuito, financiado pela Assembleia Legislativa e a Escola do Legislativo também é parceira, juntamente com a Unisul, com o DCE, com a

reitoria, comandada pelo professor Valter Alves Schmitz Neto e pelo vice-reitor, para fazermos em Tubarão uma grande abertura da nova temporada do projeto *Brasil em Debate*, agora interiorizado, portanto, mais democratizado nessa nova roupagem que o presidente Gelson Merísio adotou para o programa.

Então, o primeiro evento será em Tubarão e depois estaremos com eventos em Joinville, Chapecó e Florianópolis nesta primeira etapa de 2010. Estou muito satisfeito em ser presidente da Escola do Legislativo, pois um dos objetivos da parceria com esta Casa e também desse projeto é mais um esforço para aproximarmos cada vez mais o Parlamento do cidadão e da sociedade catarinense.

Por fim, quero, nesta última sessão de que participo, dizer que amanhã já estarei com eventos sobre o *bullying* também no alto vale do Itajaí, onde vou permanecer depois para passar a Páscoa com minha família, como faço a cada ano, já que minha família toda mora ainda, deputado Sargento Amauri Soares, em Pouso Redondo, em Rio do Sul. Estive em Vidal Ramos na semana passada, na Doce Festa, e também em Bom Retiro, na Festa do Churrasco.

Assim sendo, quero desejar a cada colega parlamentar, a cada servidor dedicado desta Casa e a cada cidadão catarinense que nos acompanha através da TVAL e da Rádio AleSC Digital uma Páscoa santa, e que Cristo possa ressuscitar no coração de cada um nós, fazendo renovar as nossas esperanças de construir uma sociedade mais justa, mais feliz.

O meu desejo a todos, sincero e honesto, de uma feliz e santa Páscoa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra o sr. deputado Marcos Vieira, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio AleSC Digital, quero iniciar meu pronunciamento no dia de hoje fazendo uma menção à semana da Páscoa, porque na verdade trata-se também de uma semana de muita reflexão sobre se muitas vezes falamos verdades ou mentiras.

Quero, deputado Jailson Lima, iniciar comentando uma nota publicada no jornal *Diário da Cidade*, dos dias 27 e 28, sobre o deputado federal Cláudio Vignatti, durante um evento do partido no último sábado.

Pública o jornal *ipsis litteris* palavras do deputado Cláudio Vignatti.

(Passa a ler.)

"Vamos colocar você lá, Dilma, porque eu não estou preparado para ser Oposição. Quando fui vereador elegi e reelei o prefeito. Quando deputado federal, elegi e reelei o presidente Lula. Ser da Oposição é mais fácil, mas é mais saboroso ser governo porque dá resultados para o povo brasileiro."

Ora, o Brasil vive num regime democrático, com alternância de poder. Tentar perpetuar-se no governo é instalar a ditadura no país. E querem, sim, ao colocar a Dilma lá, fazer com que o Brasil volte a não ter eleições, porque quem está por trás

da armação dessa candidatura são exatamente aquelas pessoas que não querem eleição no país, são aquelas pessoas que não querem que vivamos num regime democrático. E mentem, faltam com a verdade.

Pois agora, nesta semana, quando do lançamento do chamado PAC 2, a imprensa nacional publicou a seguinte manchete: "Relatório do PAC contraria discurso de Lula no Rio em favor de Dilma". Dizem ainda os jornais do Brasil inteiro: "Dilma lança PAC 2 sem abrir a caixa preta". "PAC da campanha. Programa vira a plataforma eleitoral de Dilma Rousseff".

Mas vocês, telespectadores e telespectadoras, que nos estão assistindo, sabem que não terminaram o PAC 1. Em 2007, com muita festa, com muito foguetório, com muitos jantares, com muitos coquetéis alardearam por este país agora que o PAC salvaria a nação brasileira. Para Santa Catarina prometeram nada mais, nada menos, e volto a afirmar da tribuna desta Casa, do que R\$ 1,9 bilhão. Se as manchetes que acabo de ler são verdadeiras, e são para o Brasil inteiro, para Santa Catarina não é diferente, pois de R\$ 1,9 bilhão que prometeram aplicar em Santa Catarina falta ainda R\$ 1,3 bilhão, pois somente R\$ 630 milhões vieram até hoje, ou seja, somente 1/3.

Ora, onde está esse dinheiro, esse R\$ 1,3 bilhão? Eu tenho insistentemente pedido à bancada do Partido dos Trabalhadores com assento nesta Casa que venha ocupar esta tribuna; se possível, cedo o meu lugar para que diga à população catarinense aonde se encontra o outro R\$ 1,3 bilhão.

Se tivéssemos recebido R\$ 1,3 bilhão, com certeza absoluta nós teríamos o novo aeroporto internacional de Florianópolis já construído; teríamos o encampamento, pela Infraero, do Aeroporto Serafim Bertaso, de Chapecó; teríamos a duplicação da BR-470, da BR-280; teríamos o aprofundamento da calha do porto de Itajaí, os portos de São Francisco do Sul e de Imbituba; teríamos o melhoramento da BR-153, no trecho Irani/Paraná; teríamos a BR-158, a BR-163 no extremo oeste; teríamos a duplicação da BR-282 nos seus principais trechos; teríamos o novo acesso a Florianópolis. Haveria dinheiro suficiente para todas essas obras.

Mas a verdade é que não acabaram o primeiro PAC, não dão satisfação para a sociedade de quando vão acabar e querem alavancar a candidatura de Dilma Rousseff à Presidência da República, dizendo mais mentiras para a população brasileira.

O Estado de S. Paulo do dia 30, ontem, afirma: "Megafesta de Lula anuncia PAC 2 para ajudar Dilma". E, o que é pior: "Governo federal infla PAC 2 com obras antigas". Anunciaram as obras do PAC 1, não realizaram o prometido e agora colocam essas mesmas obras no PAC 2.

E dizem mais os jornais: "Ao menos 64% das ações do novo programa de crescimento, lançado com festa ontem, já haviam sido listadas no PAC 1". Por que tanta mentira? Por que enganar a população? Por que dizer que vão realizar? Ora, o governo está terminando!

Eu já falei da tribuna desta Casa

do PAC das ilusões, pois prometem, prometem, prometem e não realizam. Eu já falei do PAC dos preços acelerados contra o consumidor: é o preço do combustível na bomba, é o preço da mensalidade escolar, é o preço dos impostos, é o preço dos juros.

O próprio ministro Guido Mantega cobra do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal uma explicação sobre a alta dos juros. Ora, a maioria dos recursos depositados no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal é oriunda do bolso do trabalhador brasileiro. E reaplicar esse dinheiro exatamente para a indústria e para o consumidor brasileiro, para o pequeno, cobrando as mais altas taxas de mercado brasileiro, não é servir à população brasileira, deputado Jailson Lima, é, no mínimo, extorquir a população que já sofre muito com os preços altos. A cesta básica em Florianópolis é a mais alta do Brasil; o preço da gasolina é alto; o preço do álcool é alto.

Nós vemos agora nos jornais que a Petrobras está negociando um empréstimo de US\$ 10 bilhões com a China. Quem vai pagar essa conta? Com certeza será o consumidor brasileiro.

Mas deixo no ar essas considerações, para que todos vocês, que estão-me vendo e ouvindo, reflitam sobre as verdades ou mentiras, exatamente na semana da Páscoa, uma semana de reflexão.

Quero terminar desejando a todos uma feliz Páscoa, uma Páscoa em família.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Esta Presidência também quer desejar uma feliz Páscoa a v.ex.a. e a todos os demais parlamentares e funcionários da Assembleia Legislativa.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, desejo somente registrar a presença, nesta Casa, do prefeito Alcides Bof, da querida cidade de Calmon, juntamente com a primeira-dama. Ele veio com sua assessoria jurídica ao nosso gabinete para fazer com que os pleitos da sua cidade tenham andamento no governo do estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Sejam bem-vindos a esta Casa e tenham também um bom final de semana.

Em nome da Presidência, quero desejar a todos os catarinenses uma feliz Páscoa e que esta semana seja de reflexão, pensando sempre na melhoria deste estado e deste país.

Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para terça-feira, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATO DA MESA DL**ATO DA MESA Nº 014-DL, de 2010**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 50, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições
 CONCEDE autorização ao Senhor Deputado Edison Andrino para

ausentar-se do País, no período de 07 a 11 de abril de 2010, a fim de participar da União Parlamentar do Mercosul, na cidade de Buenos Aires, República Argentina.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 06 de abril de 2010

Deputado Gelson Merisio - Presidente
 Deputado Moacir Sopelsa - 1º Secretário
 Deputado Valmir Comin - 3º Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA PROMOVIDA PELA COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO PARA DEBATER A ALÇA DE CONTORNO DA REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE FLORIANÓPOLIS E A MOBILIDADE URBANA EM SANTA CATARINA, REALIZADA NO DIA 29 DE MARÇO DE 2010, ÀS 9H, NO PLENARINHO DEPUTADO PAULO STUART WRIGHT, NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e dez, às nove horas, realizou-se no Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright, na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, audiência pública conjunta com o objetivo de discutir a alça de contorno da região metropolitana da Grande Florianópolis e a mobilidade urbana em Santa Catarina. A audiência sobre a alça de contorno da região metropolitana da Grande Florianópolis foi proposta pelo Deputado Reno Caramori, e a audiência sobre mobilidade urbana em Santa Catarina foi proposta pelo Deputado Edison Andrino, ambas promovidas pela Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano e presididas pelo Deputado Reno Caramori. O Senhor Presidente, Deputado Estadual Reno Caramori, abriu os trabalhos desejando boas-vindas a todos e convidando para tomar assento à mesa, junto a ele e ao Deputado Estadual Edison Andrino, o Deputado Estadual Renato Hinnig e Pedro Lopes, presidente da Federação das Empresas de Transportes de Cargas e Logística no Estado de Santa Catarina (Fetransesc). Em seguida, registrou a presença das seguintes autoridades: José Antônio Latrônico Filho, conselheiro do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Santa Catarina (CREA-SC), representando Raul Zucatto, presidente do CREA-SC; Tito Alfredo Schmitt, presidente da Associação Empresarial da Região Metropolitana de Florianópolis (Aemflo/CDL-SJ); Fernando Rossa, presidente da Comissão de Vias Concessionárias e Duplicação das Rodovias da OAB/SC; e Claudio Hoeller de Souza, representando a Associação Comercial e Industrial de Palhoça. Na sequência, enumerou uma extensa lista de autoridades convidadas para a audiência pública e que não se fizeram presentes: todos os prefeitos e presidentes das Câmaras da região, de Tijucas a Palhoça; o Deinfra; a CDL da Grande Florianópolis; a Associação Comercial da Grande Florianópolis; a Fecam; o Sindicato dos Transportes de Cargas; a Facisc; a FCDL; a Autopista Litoral Sul; a Acif; o secretário de Estado de Turismo, Cultura e Esportes; o secretário de Estado da Infraestrutura; o secretário de Estado do Planejamento; o doutor Bernardo Figueiredo, diretor-geral da ANTT; o Sindicato dos Taxistas; o superintendente regional do DNIT no Estado de Santa Catarina; o procurador chefe do Ministério Público Federal em Santa Catarina; o presidente da Fiesc; o superintendente da Polícia Rodoviária Federal de Santa Catarina; o presidente do Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de Santa Catarina; o senhor Algemiro Manique Barreto Filho, presidente do Sindicato das Empresas de Transporte de Carga no Sul de Santa Catarina (Setransc); o senhor Luiz Vicente Suzin, presidente da Federação das Cooperativas Agropecuárias de Santa Catarina; o senhor Marcos Antônio Zordan, presidente da Organização das Cooperativas de Santa Catarina; a TV RBS, Bandeirante, RTV Sul, TV Primer, SBT, Record e jornais da região sul do Estado; as empresas de ônibus União Cascavel, Santo Anjo, Catarinense, Reunidas, Paulo Tur, Itapemirim, Eucatur, Expresso Nordeste, Penha, Pluma, Rainha e Real Expresso; a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (Abih); e o senhor Roberto Ideja Lustosa, que encaminhou correspondência justificando sua ausência. Dando continuidade, leu a justificativa de ausência enviada pelo do prefeito de Forquilha, senhor Vanderlei Alexandre, e pelo doutor Carlos Augusto de Amorim Dutra, representando a Procuradoria da República de Santa Catarina. Registrou ter ficado bastante triste com a justificativa de ausência enviada pelo representante da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) em 25 de março, pois a presença de algum representante do órgão seria fundamental à audiência pública para que pudessem dar início às tratativas. Informou ainda que o DNIT de Santa Catarina encaminhou documento avisando que desde o dia quinze de fevereiro de 2008 deixou de ter atribuições de gerenciamento do segmento rodoviário em debate, que passou para a esfera de competência da ANTT e da empresa vencedora do leilão de concessão Autopista Planalto Sul S.A. Contou, entretanto, que também a Autopista Planalto Sul enviou correspondência justificando sua ausência. Deixou claro, com isso, que as duas principais entidades que realmente precisariam ser ouvidas no debate não compareceram. Dando continuidade, registrou a presença do senhor José Castelo Deschamps, prefeito de Biguaçu, e falou que, assim como ele próprio, os Deputados Edison Andrino e Renato Hinnig sentiam-se um tanto desfalcados, pois precisariam de esclarecimentos dessas duas entidades ausentes. Observou ter ficado muito triste, registrando que enquanto houver a ausência dos grandes responsáveis será

difícil buscar o progresso da região. Comentou que toda a população conhece o drama da obra, desde Tijucas até Forquilha, havendo problemas de acesso tanto na entrada quanto na saída do continente. Avisou saber que existem soluções viáveis e que o Parlamento se preocupou em atender o chamamento e as reclamações da comunidade, convidando as autoridades competentes para uma audiência pública. Lamentou novamente a ausência das autoridades e disse que os parlamentares são obrigados a aceitar as justificativas das mesmas, lembrando que elas ao menos poderiam ter enviado representantes que pudessem dar alguma informação para minimizar o sofrimento da comunidade. Na sequência, passou a palavra ao outro proponente da audiência pública, o Senhor Deputado Estadual Edison Andrino, que cumprimentou os presentes e disse considerar lamentável o esvaziamento da audiência pública que trata do sistema viário, um dos maiores problemas de Santa Catarina. Lembrou que levantaram, na Assembleia Legislativa, a questão da praça de pedágio localizada em Palhoça, e que na oportunidade fizeram solicitação ao DNIT para que a praça fosse colocada no local determinado anteriormente, entre os municípios de Palhoça e Paulo Lopes, para que a população da Grande Florianópolis, ao se deslocar para as praias de Palhoça, não pagasse pedágio. Acrescentou que, na ocasião, houve uma série de interferências, inclusive do prefeito de Palhoça, com alegações de que a população seria isenta. Ponderou que tal atitude acabou esvaziando a proposta de transferência da praça e, assim, o governo continuou cobrando pedágio em uma rodovia que ainda não está duplicada, ou seja, cobrando por um serviço que não está pronto e para o qual ainda não há solução definitiva. Avisou que, recentemente, Florianópolis sediou um evento para discutir a questão da mobilidade urbana, com a presença de vários técnicos de universidades e de governos de países da América Latina. Enfatizou lamentar muito a falta de respeito ao Poder Legislativo de Santa Catarina. Comentou ter estado recentemente em Brasília, numa audiência em que se faziam presentes dois técnicos diretores da ANTT, e que naquela oportunidade eles se deram o prazo de quinze dias para trazer uma solução para a questão do anel viário da Grande Florianópolis. Lembrou que a novela do anel viário se arrasta há muitos anos e que todas as respostas sempre foram no sentido de que quando fosse cobrado o pedágio pela duplicação do trecho norte-sul, estaria incluído o compromisso da empresa vencedora com a construção do anel viário. Falou que a resposta dada pela ANTT, há três semanas, em uma audiência pública em Brasília, foi de que o projeto feito pela empresa vencedora não atendia às necessidades da região da Grande Florianópolis, e que estavam elaborando novo projeto referente ao anel viário. Entretanto, comprometeram-se a entregar o projeto definitivo e disseram que até o final de 2010 estariam com o projeto pronto para iniciar a obra. Deixou claro não acreditar nisso e lamentou a ausência de representantes das prefeituras de São José, de Palhoça e de Florianópolis, pois são as cidades que mais sofrem com a falta do anel viário, já que todo o trânsito pesado do Norte do Brasil passa por dentro do centro urbano de Biguaçu, de Palhoça e de São José. Lamentou, igualmente, a ausência do Ministério Público e disse ser esta uma questão para ser tratada na Justiça devido ao não cumprimento contratual, onde o réu do processo seria a ANTT. Avisou que, apesar de outras pendências, neste momento precisam se ater à questão do anel viário, dos novos acessos a Florianópolis, bem como à questão das paralelas, pois não ficou claro no contrato de concessão se elas ficam sob a responsabilidade do DNIT ou se passam para a agência vencedora que está cobrando pedágio. Frisou que não está havendo respeito para com o poder político de Santa Catarina, pois não respeitaram a questão do pedágio do trecho sul da BR-101, não se fizeram presentes na audiência, disseram que em quinze dias dariam resposta e não deram. Acrescentou que há, sim, muito respeito por parte deles à representação política federal; logo, propôs que se leve o problema do anel viário para os Deputados Federais e Senadores de Santa Catarina, que marcarão uma audiência com a presença do segmento interessado. Dessa forma, disse duvidar que a ANTT não se faça presente a uma convocação para o fórum de Santa Catarina. Ponderou ver nessa atitude a única solução político-administrativa possível, além de uma provocação através de demanda judicial ou, como forma de provocação extrema, sugeriu fechar a BR e criar um problema que apareça nos jornais, em nível nacional, para ter alguma visibilidade. Indignado, falou que providências precisam ser tomadas para que a população não tenha que esperar mais tanto tempo pelo anel viário. Sugeriu que se mantenha contato com o coordenador do Fórum de Santa Catarina para pedir uma audiência do Fórum com a ANTT e com a empresa vencedora que cobra pedágio no Estado. Registrou ser essa uma medida inicial político-administrativa, e que se não houver solução irá se buscar uma medida mais radical. O Senhor Presidente, Deputado Estadual Reno Caramori, informou que a assessoria da Comissão de Transportes já estava tentando entrar em contato a fim de buscar uma data viável para que as devidas providências sejam tomadas, sendo importante ir em Brasília para buscar apoio junto à classe política federal. Reiterou a falta de consideração para com o

Parlamento catarinense e novamente lamentou a ausência de autoridades fundamentais à audiência, tendo em vista a relevância do tema, que trata talvez da obra mais importante da região. Falou que, após a data ser confirmada, será feita uma moção ao fórum catarinense em Brasília para que se encontre uma solução. O Senhor Deputado Estadual Renato Hinnig cumprimentou os participantes da audiência pública e também lamentou a ausência e o descaso das municipalidades de Florianópolis, de São José e de Palhoça, parabenizando o prefeito de Biguaçu. Parabenizou também a Aemflo pela preocupação que tem demonstrado em buscar uma solução para o grave problema da mobilidade urbana. Lembrou que na semana anterior foi realizado um evento em Florianópolis para tratar dessa questão, com a presença de diversos técnicos internacionais relatando experiências vividas em vários países. Lamentou a total ausência da classe política no referido evento, tendo sido ele o único Deputado presente, e considerou o fato estranho, pois a Prefeitura de Florianópolis coordenou e articulou o evento, mas não se fez presente. Entretanto, avisou que não podem se entregar e que a mobilização da Comissão de Transportes precisa continuar, pois não é devido a um evento que foi esvaziado que se vai desistir, e isso deve servir de combustível para que se avance no processo. Na mesma linha do Deputado Edison Andriano, falou que é necessária a formação de uma comissão para que se continue a mobilização, fazendo com que a sociedade passe a participar mais, pois só vão conseguir avançar no processo se houver mobilização. Mencionou não ter podido comparecer à audiência da ANTT, pois a mesma coincidiu com outro compromisso assumido anteriormente, registrando que o Deputado Edison Andriano o manteve informado e que os dois estão trabalhando em parceria. Contou que tem escutado que a preocupação com a mobilidade urbana faz parte do calendário de discussões da Fetranesc, e que a própria OHL tem participado de diversas conversas defendendo seus interesses. Observou que a própria empresa tem preocupação e está aberta para discutir o assunto com maturidade, na busca da melhor solução para a mobilidade urbana, e que o fato de a mesma estar disposta a discutir já é um grande avanço. Finalizou afirmando ter certeza de que, persistindo, serão exitosos. O Senhor Presidente, Deputado Estadual Renato Caramori, dirigindo-se ao Deputado Renato Hinnig, falou ser importante a colocação do colega, mas que se houvesse real interesse e respeito para com o Parlamento eles deveriam fazer-se presentes à audiência, já que as tratativas formais na elaboração dos convites foram tomadas. [Taquígrafa-revisora: Carla Greco Granato]. Falou que o interesse parece ser de um lado só, externando que os interesses têm que ser de ambos os lados, e que a empresa precisa dar satisfações para a população. Passou a palavra ao Senhor Pedro Lopes, presidente da Fetranesc, que cumprimentou os presentes e disse ser necessário objetivar um encaminhamento para a solução do problema na Grande Florianópolis. Também considerou que a posição do Deputado Andriano de envolver o fórum parlamentar catarinense é muito positiva, pois o problema precisa ser resolvido em Brasília. Contou que desde dois mil e oito, quando a rodovia foi transferida para o domínio de fiscalização da ANTT, todas as questões que envolvem a OHL passam pela decisão dessa Agência. Informou que hoje a delegacia da ANTT está sediada em Porto Alegre e destacou ser necessário também haver uma em Santa Catarina, visto que aqui há rodovias concessionadas. Nesse sentido, informou que propôs, dentro do processo de criação do ponto de apoio a produtos perigosos, na região de Itajaí, a destinação de uma sala para que a Agência possa ser transferida, com o seu representante para Santa Catarina, de forma que se possa tratar, com o delegado, questões que envolvam tramitação dentro da Agência em Brasília. Considerou dois pontos em relação à questão ligada a Grande Florianópolis: o primeiro, sobre a transferência da praça de pedágio em Palhoça para a divisa de Paulo Lopes, comunicando que o processo está tramitando na ANTT, porém está demorando; outro ponto, que também está tramitando na ANTT, é a construção de balanças. Informou que estavam previstas oito balanças móveis e duas balanças fixas no trecho de São José dos Pinhais a Palhoça, porém foi feito um estudo que constatou que elas seriam improdutivas para a fiscalização de pesos nas rodovias. Sendo assim, avisou que tramita na ANTT uma proposta de transformação para quatro balanças fixas e duas balanças móveis colocadas nesse trecho. Salientou que está sendo feita uma pesquisa, já praticamente concluída, sobre o impacto que daria o desvio proposto entre o trecho de Biguaçu a Palhoça, lembrando que já tem um trânsito afogado nesse local. Prosseguiu dizendo que a empresa alega, no estudo feito, que hoje esse trecho está ocupado por particulares, que o solo é mole e ainda há obras que foram construídas, o que demandaria um tempo muito longo para que se consiga uma solução para desapropriação ou de liberação do trecho para conclusão da obra. Declarou que a posição da Fetranesc é de apoio à proposta do Deputado Edison Andriano, no sentido de levá-la ao fórum parlamentar para que ele acompanhe em Brasília. Lembrando que não se pode levar só a vontade de cumprimento de uma obrigação contratual da empresa existente ao longo dos vinte e cinco anos de concessão e mais o cronograma estabelecido no contrato que transferiu essa rodovia para a empresa OHL. Lembrou que quando foi criado o fórum estadual de rodovias, solucionaram o imbróglio da passagem de trânsito pesado na região da Grande Florianópolis, e que dentro desse entendimento conseguiram uma relação muito oportuna do transporte rodoviário de carga, do transporte de passageiro e também do transporte de turistas. Contou que, numa reunião em Brasília, acompanhando os Deputados Gervásio, Andriano e Celso e a Aemflo, a prefeitura de Palhoça e a prefeitura de Biguaçu ouviram de dois técnicos que no prazo de trinta a sessenta dias estariam apresentando um estudo técnico da questão para que fosse encaminhada uma solução. Dessa forma, sugeriu, como presidente da Federação, que se constitua um grupo, que representaria a sociedade organizada juntamente com a Assembleia Legislativa, para ouvir a proposta da empresa, as razões de a obra não ter sido iniciada e para que se defina se é a partir do quilômetro estabelecido ou se é a partir do trecho original que estava no contrato. Salientou que há uma outra questão que precisa ser colocada em relação à transferência da praça de Palhoça para o município de Paulo Lopes: hoje não estaria envolvida só a ANTT no processo de concessão,

mas também o Ministério dos Transportes, pois a partir do momento em que a praça for transferida para a divisa de Paulo Lopes (um trecho que ainda é de domínio do Ministério dos Transportes) o domínio terá que ser transferido à OHL, questionando, em seguida, como ficariam as obras de duplicação, principalmente no trecho do túnel no Morro dos Cavalos. Deixou claro que é um processo que envolve o Ministério dos Transportes, a ANTT e as entidades representativas interessadas na solução. Avaliou que, dependendo da proposta da OHL será a resposta da ANTT, entendendo que dessa maneira as entidades, a Comissão e o fórum parlamentar catarinense em Brasília poderão pressionar pela solução dessa confusão que foi criada. Mencionou que outra questão a ser definida é sobre a passagem da Grande Florianópolis, visto que são questionadas as marginais. A OHL disse que não está definido quem deve manter as marginais: se é a OHL ou se isso ainda é um imbróglio. Retomando a palavra, o Senhor Presidente novamente lamentou a ausência de convidados que deveriam estar presentes, pois somente se está dando voltas sem chegar a solução alguma. Mais uma vez falou sobre o desprezo das autoridades convidadas com o Parlamento catarinense não comparecendo a esta audiência, pois se um grupo foi a Brasília, com certeza poderiam e deveriam estar presentes. Registrou a presença do Deputado Natal e passou a palavra ao Senhor José Castelo Deschamps, prefeito de Biguaçu, que cumprimentou os presentes e citou a decepção com a ausência de autoridades. Contou que entrou em contato com as autoridades da OHL de Joinville, com o Márcio e com o engenheiro Fernando e que fez vários questionamentos a eles em nome da prefeitura de Biguaçu, visto que, dos quarenta e sete quilômetros da rodovia - inicia no quilômetro cento e setenta e oito na ponte do Rio Inferninho até o quilômetro duzentos e vinte em Palhoça -, vinte e cinco quilômetros ficam em Biguaçu. Prosseguiu, disse achar importante fazer uma rodovia de integração entre a BR-101 e o anel viário. Informou que foi encaminhada essa sugestão ao Ministério dos Transportes e à ANTT, juntamente com um ofício sobre as reivindicações que a Aemflo fez a ele. Contou que se reuniu em Brasília com a Senadora Ideli, com a Deputada Ângela e com o Deputado Vignatti, no ano passado, e questionou sobre a situação do município e região, inclusive comentou que foram bem atendidos pelo presidente à época, Bernardo Figueiredo, até obtendo como resposta que a obra começaria em dois mil e onze e terminaria em dois mil e catorze. Falou que as manifestações da OHL divergem das manifestações do Ministério dos Transportes. Comentou que teve uma conversa com o diretor do DNIT, João José dos Santos, na qual o mesmo disse, ao instalar os pedágios, a conclusão da obra em quatro anos era um compromisso, e que isso está no contrato entre a ANTT e a OHL. Disse ter ouvido comentários que o prazo seria de dez anos, mas que isso não se confirma, já que o prazo realmente é de quatro anos. Mostrou preocupação com a instalação do estaleiro, da empresa OSX, do Grupo EBX, porque as filas no final da tarde ou até mesmo ao meio-dia irão aumentar. Entende que é necessária uma ação mais forte com os parlamentares federais catarinenses, com os Senadores, com o presidente da ANTT e com o Ministério dos Transportes, até porque o Ministério está vinculado ao presidente do fórum parlamentar catarinense em Brasília. Falou que é de grande relevância a questão que está sendo tratada, portanto é muito importante que todos os prefeitos da região sejam convocados, principalmente o de Biguaçu, de São José e de Palhoça, pois de forma alguma poderão faltar ao fórum em Brasília, já que o anel viário passará por seus municípios. Salientou que precisam exigir um projeto melhor, porque o que consta é um paredão dentro dos três municípios. Frisou que os prefeitos também não podem deixar passar em branco a questão das paralelas, que vão dar progresso e desenvolvimento para a região, registrando que a infraestrutura da região passa por esse projeto. Defendeu a quarta ponte na região de Barreiros onde o Grupo Reunidas tem um terreno, ligando ao bairro de Cacupé, já que o maior fluxo de veículos é do norte da Grande Florianópolis ao norte da Ilha, claro, sem dispensar o transporte marítimo, que irá ocorrer por consequência. Disse que há necessidade também de se pensar em um aeroporto na região continental, sendo essencial pulverizar o sistema viário para que a região possa progredir. Avaliou que a única região onde um aeroporto é viável é entre Tijucas e Governador Celso Ramos. Na sequência, disse que houve falta de habilidade por parte das autoridades, à época, porque deixaram de cobrar pedágio no sentido norte-sul - nesse sentido não existe rodovia duplicada, mas no sentido sul-norte a rodovia é duplicada -, sugerindo, então, para que se faça a cobrança apenas onde exista trânsito. Informou que tem agendada uma reunião com o ministro no sentido de obter uma resposta a respeito da rodovia entrar no quilômetro cento e noventa e seis, ponto um (que fica ao lado da ponte do município de Biguaçu), ao invés de entrar no quilômetro cento e setenta e oito, que é o local adequado e que está no projeto original. Salientou que essa mudança tem que ser contestada, mas que a ligação tem que ser feita, de forma que o projeto original não seja desprezado. Avaliou que a atual rodovia será mais para o turismo que para o transporte pesado. Considerou que a ligação entre o quilômetro cento e setenta e oito e o quilômetro duzentos e vinte, em Palhoça, será a grande solução para a região. Disse que podem contar com ele e externou que gosta das obras de grande infraestrutura, para que outras, de menor porte, possam acontecer. Comunicou que estão construindo um hospital com cento e vinte e sete leitos e que essa rodovia é necessária, também, por causa do hospital. Reiterou que a luta pelo anel viário, que vai do quilômetro cento e setenta e oito ao quilômetro duzentos e vinte, tem que continuar. Terminando, colocou-se à disposição e despediu-se. O Senhor Presidente, Deputado Renato Caramori, agradeceu a manifestação do prefeito e reiterou que se está dando somente voltas, já que quem deveria estar presente não está. Dirigindo-se ao prefeito José Castelo, falou que sua participação é importante e que é indispensável sua presença em Brasília, e que todos os prefeitos serão convidados. Em seguida, o Senhor Tito Alfredo Schmitt, presidente da Associação Empresarial da Região Metropolitana de Florianópolis (Aemflo/CDL-SJ) falou sobre o sentimento da sociedade organizada da sua região e lamentou a ausência das autoridades. Disse que a classe política se mostra extremamente preocupada com a questão, mas que as autoridades, infelizmente, não se fazem presentes e isso é lamentável.

Comunicou que enviará ofício a todos lamentando suas ausências, e que isso será cobrado. Informou sobre a campanha da Aemflo e da CDL de São José, no sentido de fazer com que toda a população participe do processo político, ressaltando que o material será disponibilizado a todas as associações comerciais e aos CDLs do Estado, e que não adianta reclamar depois se não participarem do processo. Manifestou que a sociedade precisa entender que há muitos políticos a seu favor, apesar de muitos já estarem em campanha política, e que a população deve escolher bem seus representantes, verificando seu trabalho em prol da sociedade. Avaliou que daqui a dois ou três anos será impossível andar, se não houver um planejamento estratégico de obras de infraestrutura. [Taquígrafa-revisora: Ana Rita Moriconi de Souza]. Considerando que aeroporto de Dallas, no Texas, tem uma infraestrutura muito maior que todos os aeroportos do Brasil juntos, evidenciou que o Brasil está atrasado vinte anos em sua infraestrutura, e reafirmou que a Aemflo sempre estará ao lado dos Poderes Públicos, seja aplaudindo ou fazendo críticas e sugestões. Antes de finalizar justificou defender o micro e o pequeno empresário, sendo esses os que mais precisam de uma associação como a Aemflo. Dando prosseguimento, o Senhor Presidente, Deputado Estadual Reno Caramori, considerando o caráter proveitoso da reunião, apesar da ausência das autoridades, relatou pertencer tanto a classe empresarial como política e que ambas precisam de ideias, de orientação e de sugestões. Corroborou com a ideia do Senhor Tito e do Prefeito, no que diz respeito a planejar e pensar grande, destacando a necessidade de saberem o que iria acontecer com a rodovia que passa por toda a Grande Florianópolis. Ao finalizar, reafirmou preferir o erro à omissão. Em seguida, passou a palavra ao senhor José Antônio Latrônico Filho, conselheiro do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Santa Catarina (CREA-SC), representando Raul Zucatto, presidente do CREA-Santa Catarina, que mencionou a inexpressiva participação, estimulando uma melhor organização. Explicou preferir pensar a médio e longo prazo, principalmente, quando trata-se de obras que envolvem engenharia. Comunicou que o plano funcional do contorno estava pronto e que havia sido enviado à ANTT. Prosseguiu apresentando uma informação extraoficial que avalia o custo do contorno em no mínimo R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões). Frente a este dado razoabilizou as dificuldades em concretizá-lo, evidenciando que a postergação do investimento favorece a empresa. Ressaltou, enfaticamente, a importância de observarem o contrato, justificando que em Palhoça cobravam pedágio devido à existência de um contrato, e que o governo não o rasgava porque se assim procedesse quebraria também o compromisso com obras ali previstas. Explicou que se o pedágio fosse retirado haveria a postergação do contorno, considerada a obra mais importante. Demonstrou preocupação em relação à possibilidade de criar alternativas, mencionando neste momento a pesquisa de origem e destino que avalia que o contorno não é a solução. Convencido, apontou o contorno como solução, justificando que talvez não apresente resultados imediatos, pois esses poderiam aparecer daqui a cinco, dez ou quinze anos. Falou que as projeções devem ser estabelecidas a médio e longo prazo e que o contrato deve ser rigorosamente acompanhado por todos na esfera federal, principalmente na ANTT, garantindo que, mesmo no caso da agência reguladora sofrer grandes pressões, ele não seja desvirtuado. Retomando a questão do pedágio em Palhoça, apontou que o problema foi gerado quando o governo federal o incluiu no edital, avaliando o momento como oportuno para sua retirada. Informou que no ano passado o Deputado Jorge Boeira solicitou ao CREA, e lhe foi entregue, relatório sobre a concessão do trecho norte, sendo constatado o cumprimento do contrato. Avaliou que o problema relativo às indenizações interessava a OHL e que esta poderia postergar o início da operação justificando que a cobrança do pedágio iniciou com um atraso de seis meses em função do licenciamento das praças. Comentou que as empresas eleitas para construir a BR-101 sul contaram com um deságio de 33%, e explicou a importância do contorno à Grande Florianópolis, enfatizando a necessidade da discussão estar na ordem do dia. Corroborou com as palavras do Prefeito Castelo em relação à construção de um aeroporto fora da Ilha, garantindo seu empenho no Conselho de Engenharia para que isso aconteça. Informou que numa reunião da Afif sugeriu a construção de um grande aeroporto no Continente, deixando o existente para voos domésticos, visto o problema de mobilidade. Em relação à ponte, aludiu a constituição de um fórum, especificamente para estudar as alternativas e encontrar uma solução definitiva, ampla, macro. Prosseguindo, o Senhor Presidente, Deputado Reno Caramori, registrou a presença do Senhor Mário Amâncio, representante do Deputado Lício Mauro da Silveira e, logo após, passou a palavra ao Senhor Fernando Rosso, representante da OAB/Santa Catarina. O Senhor Fernando Rosso, representante da OAB/Santa Catarina, demonstrando apoio às iniciativas para duplicação da rodovia, pediu que a OAB fosse convidada para futuras reuniões e audiências e argumentou que a falta de planejamento atrasa e atrapalha vários setores econômicos do Estado. O senhor Pedro Lopes, presidente da Federação das Empresas de Transportes de Cargas e Logística no Estado de Santa Catarina (Fetransc), tendo a palavra concedida pelo Senhor Presidente, confirmou que a Fetransc e o CREA participam dos debates sobre a mobilidade urbana e a infraestrutura do Estado há dez anos. Informou que o transporte estava perdendo dinheiro, pois cada caminhão perdia por dia R\$500,00 (quinhentos reais). Ponderou ter sido boa a ausência da OHL, entendendo que a sua ausência oportunizou que o debate transcorresse com realidade. Pontuou haver um estudo avançado em relação à ligação com ponte em Biguaçu, justificando a lentidão do trânsito devido à oitenta e uma entradas e saídas no trecho Palhoça-Biguaçu. Relatou que alternativas técnicas estão sendo estudadas para desafogar o trânsito na região da Grande Florianópolis, estando prevista, ou melhor, mantida a construção do contorno. Reafirmou a inclusão do contorno na proposta alternativa, frisando que o traçado original da rodovia deve ser garantido. Reafirmou também a necessidade de trabalharem tecnicamente o estudo da proposta, apontando o risco de envolvê-lo, muito, no debate político, ou seja, caminhar num processo diferente, sobretudo em ano eleitoral, sem buscar verdadeiramente à solução. Lembrou que a coluna quinzenal da Fetransc no jornal Diário Catarinense manifesta a alternativa de construção de um aeroporto

fora da Ilha e a manutenção do atual para voo doméstico. Comentando sobre a Copa do Mundo, disse que não se perdeu tanto com o fato de Florianópolis não sediar as partidas, caso contrário, naquela ocasião todos os investimentos teriam sido aplicados no aeroporto para cumprir o caderno de encargos da Copa do Mundo. Afirmou ser preciso fazer um reestudo da estação rodoviária em Florianópolis; que estão discutindo a questão de Joinville e de Blumenau; e a questão da BR-470 e da BR-280. Lembrou, com grande preocupação, o fato de não se falar mais sobre as concessões, temendo que tenham saído por estarmos num ano político e que depois voltem. Afirmou que não podiam pensar em concessões de rodovias sem estabelecer pontos de apoio à beira da estrada. Parabenizou a iniciativa da realização desta audiência, repetindo enfaticamente a importância de um estudo técnico. Finalizou, comparando o posto de pedágio de Eldorado, no Rio Grande do Sul, onde um caminhão paga R\$45,00 (quarenta e cinco reais) para andar vinte e sete quilômetros, com Santa Catarina, onde uma careta paga R\$7,20 (sete reais e vinte centavos). O Senhor Presidente, Deputado Reno Caramori, agradeceu a presença dos participantes, comprometendo-se em convidá-los para a próxima audiência. Encerrou a audiência pública solicitando que a ata seja enviada a todos os participantes, para que a tenham como um documento hábil.

DEPUTADO RENO CARAMORI
PRESIDENTE
*** X X X ***

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2010

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 09 (NOVE) NOBREAKS SENOIDAIS PARA RACKS DE 1500 VA, PARA ATENDER A DIRETORIA DE INFORMÁTICA.

DATA: 20/04/2010 - HORA: 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 20 de abril de 2010. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, sala nº 032, no Anexo da ALESC e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br). Florianópolis, 06 de abril de 2010.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações
*** X X X ***

EXTRATOS

EXTRATO Nº 044/2010

REFERENTE: 01º Termo Aditivo ao Contrato CL n.º 009/2010, celebrado em 25/03/2010.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: INDOBEL Assinatura, Leitura e Publicações Ltda.ME

OBJETO: Alteração quantitativa do objeto principal do contrato, excluindo uma assinatura do Jornal "O Estado de São Paulo" e acrescentando uma assinatura do "Jornal A Notícia" e sete assinaturas do "Jornal Notisul - Tubarão"

VALOR MENSAL: R\$658,84 (seiscentos e cinquenta e oito reais e oitenta e quatro centavos).

FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8666/93; pregão presencial 003/2010; autorização para processo licitatório nº 078/2009-LIC partes integrantes deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõe.

Florianópolis, 06 de março de 2010.

Deputado Gelson Merísio - ALESC

Rosely Munch - DOBERL Assinatura, Leitura e Publicação Ltda.ME

*** X X X ***

Extrato Nº 045/2010

REFERENTE: Contrato CL n.º 014/2010 celebrado em 26/03/2010.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: Instituto Sustentar.

OBJETO: Aquisição de quota de participação do Poder Legislativo na III FIMC - Festival de Integração Multicultural Catarinense e I Salão Catarinense de Turismo que acontecerá da cidade de Florianópolis no período de 22 a 27 de março de 2010, com direito de inserção da logomarca da ALESC nos itens de divulgação e disponibilização de espaço físico para montagem de um estande com 26 metros quadrados localizado no espaço reservado a outros apoiadores do evento tais como o Governo de Santa Catarina, FECAM - Federação Catarinense dos Municípios e a própria ALESC que figura neste ato também como Promotora do III FIMC.

VALOR GLOBAL: R\$ 225.000,00 (duzentos e vinte e cinco mil reais).

ITEM ORÇAMENTÁRIO: Ação 1144 (Manutenção de Serviços Administrativos Gerais) e Item Orçamentário 3.3.90.39.99, Inexigibilidade de licitação nº 002/2010.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 25, "caput", da Lei nº 8.666/93, Inexigibilidade de licitação nº 002/2010 e Autorização para Processo Licitatório nº 016/2010.

Florianópolis, 26 de março de 2010.

Deputado Gelson Merisio - Presidente ALESC

*** X X X ***

MEDIDAS PROVISÓRIAS

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 176/10

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 1594

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 51 da Constituição Estadual, comunico a esse egrégio Poder Legislativo que adotei a Medida Provisória inclusa, ora submetida ao exame e deliberação de Vossas Excelências, acompanhada de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, que "Fixa o valor mensal das pensões especiais e do auxílio aos ex-combatentes, e adota outras providências".

Florianópolis, 05 de abril de 2010

LEONEL ARCÂNGELO PAVAN

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 06/04/10

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 176, 05 de abril de 2010

Fixa o valor mensal das pensões especiais e do auxílio aos ex-combatentes, e adota outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

no uso da atribuição que lhe confere o art. 51 da Constituição Estadual, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º O valor mensal das pensões instituídas pelas Leis nºs 3.389, de 27 de dezembro de 1963, 3.482, de 24 de julho de 1964, e pelo art. 1º da Lei nº 6.185, de 01 de novembro de 1982, modificado pelo art. 1º da Lei nº 7.702, de 22 de agosto de 1989, bem como do auxílio aos ex-combatentes amparados pela Lei nº 6.738, de 16 de dezembro de 1985, alterada pela Lei nº 1.136, de 21 de agosto de 1992, fica estabelecido em R\$ 510,00 (quinhentos e dez reais), sendo reajustado quando ocorrer revisão geral do vencimento dos servidores públicos estaduais.

Parágrafo único. Fica extinto e absorvido pelo valor mensal fixado pelo *caput* deste artigo o abono instituído pela Lei nº 12.667, de 2003.

Art. 2º A diferença entre o valor previsto no art. 1º desta Lei Complementar e os valores vigentes na data anterior a publicação desta Medida Provisória serão pagos parceladamente, observando o seguinte cronograma:

I - no índice de 0,25 (zero vírgula vinte e cinco) a partir do mês de setembro de 2010;

II - no índice de 0,25 (zero vírgula vinte e cinco) a partir do mês de janeiro de 2011;

III - no índice de 0,25 (zero vírgula vinte e cinco) a partir do mês de março de 2011; e

IV - no índice de 0,25 (zero vírgula vinte e cinco) a partir do mês de maio de 2011

Art. 3º A partir da vigência desta Medida Provisória os atuais valores das pensões especiais ou graciosas serão alterados somente quando ocorrer revisão geral do vencimento dos servidores públicos estaduais, ficando revogados as vinculações, equiparações ou critérios diferenciados para fixação de seu valor.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Medida Provisória correrão à conta do Orçamento Geral do Estado, ficando o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder, por decreto, os ajustes orçamentários necessários ao seu cumprimento.

Art. 5º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 05 de abril de 2010

LEONEL ARCÂNGELO PAVAN

Governador do Estado

*** X X X ***

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 177/10

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 1595

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 51 da Constituição Estadual, comunico

a esse egrégio Poder Legislativo que adotei a Medida Provisória inclusa, ora submetida ao exame e deliberação de Vossas Excelências, acompanhada de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, que "Institui a Gratificação de Gestão de Desenvolvimento Regional e estabelece outras providências".

Florianópolis, 05 de abril de 2010

LEONEL ARCÂNGELO PAVAN

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 06/04/10

MEDIDA PROVISÓRIA nº 177, de 05 de abril de 2010

Institui a Gratificação de Gestão de Desenvolvimento Regional e estabelece outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

no uso da atribuição que lhe confere o art. 51 da Constituição Estadual, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica instituída a Gratificação de Gestão de Desenvolvimento Regional para os servidores lotados e em exercício nas Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional no percentual de 30% (trinta por cento) do valor da Gratificação de Produtividade estabelecida no art. 2º da Lei nº 9.502, de 08 de março de 1994, alterada pelo art. 7º da Lei nº 9.751, de 06 de dezembro de 1994.

Art. 2º O valor previsto no art. 1º desta Medida Provisória será pago parceladamente, observando o seguinte cronograma:

I - 15% (quinze por cento) em maio de 2010;

II - 15% (quinze por cento) em agosto de 2010;

III - 35% (trinta e cinco por cento) em fevereiro de 2011; e

IV - 35% (trinta e cinco por cento) em junho de 2011.

Art. 3º O valor fixado no art. 1º desta Medida Provisória será atribuído a cada servidor, proporcionalmente ao valor da Gratificação de Produtividade conforme o vencimento da Classe, Nível e Referência do cargo ocupado.

Art. 4º As disposições desta Medida Provisória não se aplicam aos servidores inativos atingidos pelas disposições do art. 40, § 3º, da Constituição Federal, com a alteração dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Medida Provisória correrão à conta do Orçamento Geral do Estado, ficando o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder, por decreto, os ajustes orçamentários necessários ao seu cumprimento.

Art. 6º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, de 05 de abril de 2010

LEONEL ARCÂNGELO PAVAN

Governador do Estado

*** X X X ***

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 178/10

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 1596

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 51 da Constituição Estadual, comunico a esse egrégio Poder Legislativo que adotei a Medida Provisória inclusa, ora submetida ao exame e deliberação de Vossas Excelências, acompanhada de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, que "Institui a Gratificação de Produtividade para os servidores lotados no órgão central da Secretaria de Estado da Saúde e estabelece outras providências".

Florianópolis, 05 de abril de 2010

LEONEL ARCÂNGELO PAVAN

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 06/04/10

MEDIDA PROVISÓRIA nº 178, de 05 de abril de 2010

Institui a Gratificação de Produtividade para os servidores lotados no órgão central da Secretaria de Estado da Saúde e estabelece outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

no uso da atribuição que lhe confere o art. 51 da Constituição Estadual, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica instituída a Gratificação de Produtividade para os servidores lotados e em exercício no Órgão Central da Secretaria de Estado da Saúde no percentual de 60% (sessenta por cento) do valor da Gratificação de Produtividade estabelecida no art. 2º da Lei nº 9.502, de 08 de março de 1994, alterada pelo art. 7º da Lei nº 9.751, de 06 de dezembro de 1994.

Art. 2º O valor previsto no art. 1º desta Medida Provisória será pago parceladamente, observando o seguinte cronograma:

I - 15% (quinze por cento) em maio de 2010;

II - 15% (quinze por cento) em agosto de 2010;
 III - 35% (trinta e cinco por cento) em fevereiro de 2011; e
 IV - 35% (trinta e cinco por cento) em junho de 2011.

Art. 3º O valor fixado no art. 1º desta Medida Provisória será atribuído a cada servidor, proporcionalmente ao valor da Gratificação de Produtividade conforme o vencimento da Classe, Nível e Referência do cargo ocupado.

Art. 4º Fica vedada a percepção cumulativa da gratificação instituída pelo art. 1º desta Medida Provisória com a gratificação instituída pela Medida Provisória nº 174, de 30 de março de 2010.

Art. 5º As disposições desta Medida Provisória não se aplicam aos servidores inativos atingidos pelas disposições do art. 40, § 3º, da Constituição Federal, com a alteração dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução desta Medida Provisória correrão à conta do Orçamento Geral do Estado, ficando o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder, por decreto, os ajustes orçamentários necessários ao seu cumprimento.

Art. 7º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, de 05 de abril de 2010

LEONEL ARCÂNGELO PAVAN

Governador do Estado

*** X X X ***

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 179/10

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 1597

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 51 da Constituição Estadual, comunico a esse egrégio Poder Legislativo que adotei a Medida Provisória inclusa, ora submetida ao exame e deliberação de Vossas Excelências, acompanhada de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, que "Institui a Gratificação de Atividade de Gestão Agrária e Rural e estabelece outras providências".

Florianópolis, 05 de abril de 2010

LEONEL ARCÂNGELO PAVAN

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 06/04/10

MEDIDA PROVISÓRIA nº 179, de 05 de abril de 2010

Institui a Gratificação de Atividade de Gestão Agrária e Rural e estabelece outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

no uso da atribuição que lhe confere o art. 51 da Constituição Estadual, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica instituída a Gratificação de Atividade de Gestão Agrária e Rural para os servidores lotados e em exercício na Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural no percentual de 60% (sessenta por cento) do valor da Gratificação de Produtividade estabelecida no art. 2º da Lei nº 9.502, de 08 de março de 1994, alterada pelo art. 7º da Lei nº 9.751, de 06 de dezembro de 1994.

Art. 2º O valor previsto no art. 1º desta Medida Provisória será pago parceladamente, observando o seguinte cronograma:

- I - 15% (quinze por cento) em maio de 2010;
- II - 15% (quinze por cento) em agosto de 2010;
- III - 35% (trinta e cinco por cento) em fevereiro de 2011; e
- IV - 35% (trinta e cinco por cento) em junho de 2011.

Art. 3º O valor fixado no art. 1º desta Medida Provisória será atribuído a cada servidor, proporcionalmente ao valor da Gratificação de Produtividade conforme o vencimento da Classe, Nível e Referência do cargo ocupado.

Art. 4º As disposições desta Medida Provisória não se aplicam aos servidores inativos atingidos pelas disposições do art. 40, § 3º, da Constituição Federal, com a alteração dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003.

Art. 5º O art. 3º da Medida Provisória nº 173, de 31 de março de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º Aplica-se o disposto nos art. 1º e 2º desta Medida Provisória aos servidores lotados e em exercício na Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação e na Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável." (NR)

Art. 6º As despesas decorrentes da execução desta Medida Provisória correrão à conta do Orçamento Geral do Estado, ficando o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder, por decreto, os ajustes orçamentários necessários ao seu cumprimento.

Art. 7º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, de 05 de abril de 2010

LEONEL ARCÂNGELO PAVAN

Governador do Estado

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 025/10

OFÍCIO Nº 020/2010 Joinville/SC, 25 de março de 2010.

À

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Coordenadoria de Prestação de Contas

Florianópolis/SC

A ASSOCIAÇÃO ESSÊNCIA DE VIDA, entidade sem fins lucrativos, localizada nesta cidade de Joinville/SC, na Av. Getúlio Vargas nº 500 - sala 8 - Galeria Oscar - Bairro Anita Garibaldi, inscrita no CNPJ/MF sob nº 81.140.139/0001-32 mantenedora da Comunidade Terapêutica Essência de Vida, encaminha em anexo os documentos necessários para prestação de contas do ano 2009:

- Relatório Circunstanciado de Atividades 2009;
- Balanço Patrimonial 2009;
- Notas explicativas e Demonstração de Mutação do Patrimônio;
- Demonstrativo de Resultados do Exercício 2009;
- Alvará Sanitário da unidade executora;
- Ata da atual diretoria - gestão 2010/2012.

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

Neiva Maria Bellani Westrupp

Presidenta

Roseli Ap. Consolaro Nabozny

Coordenadora Tec. Administrativa

Lido no Expediente

Sessão de 06/04/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 026/10

SOCIEDADE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL DEUS PROVERÁ

Ofício nº 02/2010

Joinville, 02 de março de 2010.

À

Assembléia Legislativa

Utilidade Pública Estadual

A/C Sr. José Alberto Braunsperger

Diretoria Legislativa

Endereço: Rua Jorge Luz Fontes, 310

Centro - 88020-900 - Florianópolis - SC

Cumprindo nossas obrigações de Entidade Reconhecida de Utilidade Pública, estamos encaminhando os seguintes documentos:

- Relatório de Atividades 2009
 - Relatório Financeiro 2009
 - Plano de Ação 2010
 - Ata da nova diretoria
 - Atestado de funcionamento
 - Certidão atualizada do registro da entidade
- Certos de sua atenção, colocamo-nos à disposição para outras informações que se fizerem necessárias sobre esta Entidade.

Atenciosamente,

Claiton Ivan Pommerening

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 06/04/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 027/10

CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL RECANTO DOS QUERUBINS

Joinville - SC, 29 de março de 2010

À Assembléia Legislativa

Assunto: Encaminhamento dos documentos

O CEI Recanto dos Querubins vem por meio deste encaminhar a Assembléia Legislativa todos os documentos para comprovação das atividades exercidas em nossa Instituição no ano de 2009 e também Plano de trabalho para 2010.

Atenciosamente,

Maria Florentina da Cruz Baruffi

Presidente APP CEI Recanto dos Querubins

Lido no Expediente

Sessão de 06/04/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 028/10

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

OF.TC/GAP - 2467/2010 Florianópolis, 31 de março de 2010

Ref. Relatório Anual de Atividades do Tribunal de Contas do Estado relativo ao exercício de 2009

Exmo. Sr.

Deputado **GELSON MERÍSIO**

DD. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Rua Doutor Jorge Luz Fontes, 310
88020-900 - FLORIANÓPOLIS - SC

Senhor Presidente,

Com meus respeitosos cumprimentos, venho à presença de Vossa Excelência e seus dignos pares para apresentar a essa Augusta Assembléia Legislativa, em conformidade com o disposto no artigo 59 § 4º da Constituição Estadual, art. 112, parágrafo único, da Lei Complementar nº 202, de 15/12/2000 e art. 296 do Regimento Interno deste Tribunal, o **Relatório Anual de Atividades do Tribunal de Contas do Estado, relativo ao exercício de 2009.**

Atenciosamente,

Conselheiro WILSON ROGÉRIO WAN-DALL

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 06/04/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 029/10

MUTIRÃO DO AMOR - Sociedade Beneficente

Joinville, 29 de março de 2010

À
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Jorge Luiz Fontes, 310 - Centro

Comissão de Justiça

88.020-900 - FLORIANÓPOLIS - SC

Prezados Senhores,

Dirigimo-nos à Vs. Sas. para enviar cópia dos seguintes documentos abaixo relacionados:

- Balanço Financeiro em 31.12.09
- Estatuto atualizado
- Relatório de Atividades
- Ata nº 107 sobre eleição da atual Diretoria
- CNPJ atualizado
- Identidade: Presidente, tesoureira, cons. fiscal
- Folha Corrida: Presidente, tesoureira, cons. fiscal
- Relação das doações de 2009

Agradecemos pela atenção que esta ASSEMBLÉIA sempre dispensa à nossa entidade, motivo de orgulho para o nosso trabalho social em prol de famílias carentes.

Solicitamos a gentileza de confirmar o recebimento dos documentos acima citados e aproveitamos a oportunidade para enviar

CORDIAIS SAUDAÇÕES

MUTIRÃO DO AMOR

Sociedade Beneficente

Mery Paul - Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 06/04/10

*** X X X ***

Of. nº 009/2010

Florianópolis, 31 de março de 2010

EXMO. SR.

DEPUTADO JAILSON LIMA

DD. PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

NESTA CASA

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, vimos, com o devido acatamento, perante Vossa Excelência, para comunicarmos que, a partir de hoje, reiniciaremos o nosso mandato junto a essa Casa Legislativa.

Destarte, solicitamos que todas as tratativas que a praxe requer sejam de vez adotadas.

Sendo o que se oferece à ocasião, renovamos nossos elevados protestos de estima e apreço.

Atenciosamente,

ONOFRE SANTO AGOSTINI

DEPUTADO ESTADUAL

Lido no Expediente

Sessão de 06/04/10

*** X X X ***

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

OF. TC/GAP - 2463/2010

Florianópolis, 31 de março de 2010

A sua Excelência o Senhor

Deputado GELSON MERÍSIO

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

NESTA

Senhor Presidente,

Com os cordiais cumprimentos, cumpre-me informar-lhe da vacância do cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, em razão da aposentadoria do Conselheiro José Carlos Pacheco, conforme Portaria nº TC.0146/2010, publicada no Diário Oficial Eletrônico de 30 de março do ano em curso.

O preenchimento dessa vaga está reservado a Auditor do Tribunal de Contas do Estado, nos termos do inciso II, do § 3º, do art.

61 da Constituição do Estado.

Informo-lhe, ainda, que este Tribunal está adotando as providências legais visando o preenchimento da vaga, observados os requisitos e exigências dos §§ 1º e 2º do art. 61, da Constituição Estadual.

Cordialmente,

Conselheiro WILSON ROGÉRIO WAN-DALL

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 06/04/10

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 097/10

Altera o art. 3º da Lei 3.030, de 15 de maio de 1962, que dispõe acerca do Conselho Estadual de Educação.

Art. 1º O art. 3º da Lei 3.030, de 15 de maio de 1962, alterado pela Lei n. 13.448, de 25 de julho de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º O Conselho Estadual de Educação será constituído de vinte e dois membros, nomeados pelo Senhor Governador do Estado, entre pessoas de notório saber e de reconhecida capacidade e experiência em assuntos educacionais, assegurada a participação de pelo menos:

I - um representante da União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação - UNDIME;

II - um representante do Sindicato dos Trabalhadores em Educação - SINTE;

III - um representante da União Catarinense de Estudantes - UCE;

IV - um representante da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação de Santa Catarina - UNCME.

§ 1º O mandato dos conselheiros será de 6 (seis) anos, permitida, por uma só vez, a recondução.

§ 2º Em caso de vacância, será nomeado o suplente para completar o prazo do mandato do sucedido.

§ 3º Na constituição do Conselho será observada adequada representação do magistério oficial e particular, bem como dos diferentes graus de ensino.

§ 4º Os representantes especificados nos incisos I, II, III e IV serão indicados pela respectiva entidade."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões,

Rogério Mendonça

Deputado

Lido no Expediente

Sessão de 06/04/10

JUSTIFICATIVA

A proposição que ora apresentamos à consideração dos Pares deste Parlamento visa à inserção de representante da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação de Santa Catarina - UNCME no Conselho Estadual de Educação.

A União Nacional dos Conselhos Municipais - UNCME, órgão de representação nacional dos Conselhos Municipais de Educação, é entidade de direito privado sem fins lucrativos, com sede e foro no Distrito Federal, que tem por finalidade congregar, fortalecer e subsidiar a atuação dos Conselhos Municipais de Educação, estimulando e divulgando a importância desse órgão na institucionalização e no funcionamento dos sistemas municipais de ensino.

O Conselho Municipal de Educação, órgão do sistema educacional, com competências normativas, deliberativas, fiscalizadoras e mobilizadoras, que desempenha papel estratégico na formulação da política educacional e no acompanhamento de sua implementação, é responsável pela normatização de educação infantil privada e pública municipal, bem como pelo ensino fundamental da rede pública. Portanto, tem o papel de efetivar e concretizar o controle social das políticas públicas no âmbito da educação.

Ademais, os membros do conselho municipal, por conhecerem os problemas da educação no município, certamente contribuirão para o processo de democratização das decisões sobre a educação, auxiliando nas diretrizes do sistema de ensino estadual, razão pela qual solicitamos aos Pares desta Casa a aprovação do Projeto de Lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 098/10

Declara de utilidade pública a Associação Educacional Vale do Iguaçu, município de Porto União.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, a *Associação Educacional Vale do Iguaçu*, município de Porto União.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I- relatório anual de atividades;

II- declaração de que permanece cumprido os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III- cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e

IV- balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Antônio Aguiar

Líder da Bancada do PMDB

Lido no Expediente

Sessão de 06/04/10

JUSTIFICATIVA

A *Associação Educacional Vale do Iguaçu*, fundada em 13 de julho de 1971 com sede e foro na cidade de Porto União, é uma Associação de caráter assistencial, cultural e social, sem fins lucrativos, com duração ilimitada, dispensada a qualquer cidadão independente do credo, raça, cor ou categoria social, com prioridade aos jovens e aos mais necessitados, que tem por finalidades:

a) promover estudos e pesquisas nos domínios das ciências aplicadas;

b) promover a formação, especialização e aperfeiçoamento de pessoal técnico, trabalhadores e estudantes;

c) estudar planejamentos e normas gerais de assistência educacional e técnica, objetivando a melhoria material, cultural e moral do meio a que atende na medida de suas possibilidades;

d) prestar assistência social e educacional, direta ou indiretamente, sempre dentro do princípio de auto valorização do homem, mediante atividade qualificada;

e) conceder bolsas de estudos a jovens carentes, bem como prestar a mais ampla assistência ao homem do campo, de forma a aumentar a produtividade e proporcionar melhores condições de vida.

f) manter cursos de alfabetização e cursos básicos de artesanato promovendo a integração e capacitação dos interessados.

Anexo ao presente, segue a documentação exigida pela Lei nº 15.125, de 19 de janeiro de 2010.

Assim, solicito o acolhimento deste projeto de lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 022/10

Exclui o item 20 do anexo único da Lei Complementar n. 288, de 10 de março de 2005, que transforma cargos previstos na Lei n. 1.139, de 1992, e estabelece outras providências.

Art. 1º Fica excluído o item 20 do anexo único da Lei Complementar nº. 288.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões,

Rogério Mendonça

Deputado

Lido no Expediente

Sessão de 06/04/10

ANEXO ÚNICO

DESCRIÇÃO DE CARGO

CARGO: ASSISTENTE TÉCNICO-PEDAGÓGICO

DESCRIÇÃO DETALHADA

1. participar de estudos e pesquisas de natureza técnica sobre administração geral e específica, sob orientação;

2. participar, estudar e propor aperfeiçoamento e adequação da legislação e normas específicas, bem como métodos e técnicas de trabalho;

3. realizar programação de trabalho, tendo em vista alterações de normas legais, regulamentares ou recursos;

4. participar na elaboração de programas para o levantamento, implantação e controle das práticas de pessoal.

5. selecionar, classificar e arquivar documentação;

6. participar na execução de programas e projetos educacionais;

7. prestar auxílio no desenvolvimento de atividades relativas à assistência técnica aos segmentos envolvidos diretamente com o

processo ensino-aprendizagem;

8. desenvolver outras atividades afins ao órgão e a sua área de atuação;

9. participar com a comunidade escolar na construção do projeto político-pedagógico;

10. auxiliar na distribuição dos recursos humanos, físicos e materiais disponíveis na escola;

11. participar do planejamento curricular;

12. auxiliar na coleta e organização e funcionamento das diversas associações escolares;

13. contribuir para a criação, organização e funcionamento das diversas associações escolares;

14. comprometer-se com atendimento às reais necessidades escolares;

15. participar dos conselhos de classe, reuniões pedagógicas e grupos de estudo;

16. contribuir para o cumprimento do calendário escolar;

17. participar na elaboração, execução e desenvolvimento de projetos especiais;

18. administrar e organizar os laboratórios existentes na escola;

19. auxiliar na administração e organização das bibliotecas escolares; e

20. executar outras atividades de acordo com as necessidades da escola.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL:

. conclusão de curso superior em licenciatura plena na área da educação.

JUSTIFICATIVA

A alteração proposta à consideração dos Pares deste Parlamento visa à adequação da função do Assistente Técnico Pedagógico - ATP no sentido de evitar o desvio de função.

Segundo a Lei n. 1.139 de 28 de outubro de 1992, que trata do Plano de Cargos e Carreiras e Vencimentos do Magistério Público Estadual, o Assistente Técnico Pedagógico é o servidor público da área da educação que participa de estudos de pesquisas de natureza técnica sobre a administração geral e específica e na elaboração de programas para o levantamento, implantação e controle das práticas de pessoal; ele seleciona, classifica e guarda documentação; participa também na execução de programas e projetos educacionais e presta auxílio no desenvolvimento de atividades relativas à assistência técnica e aos seguimentos envolvidos com o processo ensino-aprendizagem.

A Lei Complementar n. 288 acrescentou novas atribuições, tais como as de auxiliar na distribuição dos recursos humanos, físicos e materiais disponíveis na escola; participar do planejamento curricular e dos conselhos de classe, reuniões pedagógicas e grupos de estudo; auxiliar na administração e organização das bibliotecas escolares; e executar outras atividades de acordo com as necessidades da escola. Para desempenhar essas funções, o servidor terá de portar habilitação profissional de conclusão de curso superior em licenciatura plena na área da educação.

Todavia, quando a referida norma enumerou as funções do Assistente Técnico-Pedagógico, em seu 20º item, qual seja, a de executar outras atividades de acordo com as necessidades da escola, ela possibilitou a remoção desses profissionais para qualquer área das unidades, desviando o agente de suas responsabilidades primordiais, a causar prejuízos incalculáveis aos alunos. Por exemplo, quando o ATP é utilizado na substituição de professores, ele deixa de atuar nas demais atribuições previstas pela Lei Complementar para o cumprimento de obrigação para a qual nem sempre está qualificado.

Os profissionais da rede pública de ensino do Estado de Santa Catarina conhecem a complexidade e os desafios diários que enfrentam no cumprimento de suas responsabilidades. A atuação do Assistente Técnico-Pedagógico veio ao encontro das necessidades atuais da escola, pois está relacionada principalmente ao atendimento extracurricular dos alunos no interior da instituição.

Assim, considerando a pertinência da matéria em questão, solicitamos aos Pares desta Casa a aprovação do Projeto de Lei Complementar n. 288.

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº

006/2010

Reposiciona e cria cargos, altera denominação de categorias funcionais

no Quadro de Pessoal do Poder Judiciário e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º A categoria funcional de Assistente Judiciário do Grupo Ocupacional Direção e Assessoramento Superior - DASU, do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário, fica posicionada no nível 3, coeficiente 3,5499 da Tabela de Vencimentos do Pessoal do Poder Judiciário, passando a denominar-se Assessor Jurídico.

Art. 2º Ficam criados e incluídos no Anexo V da Lei Complementar nº 90, de 1º de julho de 1993, no Grupo Ocupacional Direção e Assessoramento Superior - DASU, 50 (cinquenta) cargos de Assessor Jurídico, nível 3, coeficiente 3,5499.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Lei Complementar correrão à conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 31 de março de 2010

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº PLC/0020.0/2010

O art. 6º do Projeto de Lei Complementar nº PLC/0020.0/2010 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 6º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação."

Sala da Comissão, em
Deputado Romildo Titon

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 31/03/10

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 31/03/10

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 020/2010

Transforma cargos no Quadro de Pessoal do Poder Judiciário e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica criada e incluída no Anexo VII da Lei Complementar nº 90, de 1º de julho de 1993, a categoria funcional Oficial da Infância e Juventude, Grupo Atividades de Nível Superior - ANS, constante do Anexo Único desta Lei Complementar.

§ 1º Fica estabelecida a seguinte habilitação profissional para a categoria funcional de Oficial da Infância e Juventude: "Portador de diploma de curso superior nas áreas das ciências humanas e ciências sociais a ser definido no edital para o provimento do cargo".

§ 2º Compete ao Oficial da Infância e Juventude:

I - fiscalizar:

a) o cumprimento de portaria ou alvará judicial que discipline a entrada e permanência de criança ou adolescente aos locais de diversão, ou sua participação no espetáculo;

b) as entidades governamentais e não governamentais, referidas no art. 90 do Estatuto da Criança e do Adolescente, provendo subsídio por escrito à autoridade judiciária;

c) a ocorrência de infração administrativa descrita no Estatuto da Criança e do Adolescente e legislações esparsas atinentes à infância e juventude;

II - lavrar auto de infração administrativa às normas de proteção à criança e adolescente;

III - apreender material audiovisual, jornais, revistas e outras publicações, comercializadas em desacordo com leis federais, estaduais e municipais de proteção à infância e à adolescência;

IV - proceder a atos de internação, averiguação, encaminhamento à cidade de origem e abrigamento de competência da Justiça da Infância e da Juventude, afeto às crianças e aos adolescentes, nos casos de medidas de proteção e socioeducativas;

V - fornecer subsídios por escrito, mediante termos ou relatórios, ou verbalmente na audiência, e bem assim desenvolver trabalhos de aconselhamento, orientação, encaminhamento e prevenção, tudo sob a subordinação da autoridade judiciária, assegurada a livre manifestação do ponto de vista técnico;

VI - manter cadastro atualizado de desaparecimento de crianças e adolescentes e comunicar imediatamente o fato à

autoridade judiciária, ao Conselho Tutelar, Polícias Civil, Militar e Rodoviária, portos, aeroportos e companhias de transportes estaduais e internacionais, fornecendo-lhes todos os dados necessários à identificação do desaparecido;

VII - redigir a autorização judicial de viagem de criança ou adolescente com observância aos preceitos legais de regência;

VIII - representar à autoridade judiciária quaisquer ameaças ou violações dos direitos de crianças ou adolescentes;

IX - cumprir mandados de citação, intimação, condução, busca e apreensão e todos os demais mandados judiciais afetos ao juizado da infância e juventude;

X - praticar por ordem do Juiz da Infância e Juventude, em colaboração com os responsáveis pelo serviço social forense, todos os atos necessários à realização dos estudos de casos e outras atividades na área específica da infância e juventude;

XI - poder desenvolver trabalhos de cunho educativo e preventivo, junto à sociedade, no sentido de divulgar as normas de proteção à criança e ao adolescente;

XII - cumprir outras determinações do Juiz da Infância e Juventude.

Parágrafo único. Os Oficiais da Infância e Juventude terão livre ingresso aos locais de diversão públicas, bem como qualquer outro lugar de acesso ao público, onde se encontrem crianças e/ou adolescentes.

Art. 2º Os atuais cargos da categoria funcional de Comissário da Infância e Juventude, Grupo Atividades de Nível Médio - ANM, previstos no Anexo VIII da Lei Complementar nº 90, de 1993, vagos na data da publicação desta Lei Complementar, ficam extintos.

Parágrafo único. O quantitativo dos cargos a que se refere o *caput* deste artigo fica transferido para o quantitativo de cargos da categoria funcional criada pelo art. 1º desta Lei Complementar.

Art. 3º Os cargos que vierem a vagar da categoria funcional de Comissários da Infância e Juventude, Grupo Atividades de Nível Médio - ANM, previstos no Anexo VIII da Lei Complementar nº 90, de 1993, serão destinados a concurso de remoção.

Parágrafo único. Após o concurso de remoção, o quantitativo dos cargos de que trata o *caput* deste artigo que permanecer vago será transferido para o quantitativo de cargos da categoria funcional criada pelo art. 1º desta Lei Complementar.

Art. 4º Aos atuais ocupantes dos cargos de Comissários da Infância e Juventude, Grupo Atividade de Nível Médio - ANM, será deferida, pelo exercício das atribuições do cargo de Oficial da Infância e Juventude, Vantagem Pessoal Nominalmente Identificável, no valor correspondente a diferença de vencimento do cargo efetivo para o respectivo padrão do Grupo Atividades de Nível Superior - ANS.

§ 1º A vantagem estabelecida neste artigo será incorporada ao vencimento do cargo efetivo para fins de aposentadoria e disponibilidade e se estende aos Comissários da Infância e Juventude inativos.

§ 2º É vedada a cumulação da vantagem estabelecida no *caput* com a gratificação de nível superior prevista no art. 14 da Lei Complementar nº 90, de 1993.

Art. 5º As despesas necessárias à execução da presente Lei Complementar correrão à conta das dotações próprias do orçamento do Tribunal de Justiça.

Art. 6º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 31 de março de 2010

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***